

FABIANA CRISTINA DOS SANTOS DE SOUZA

**Organização Partidária e Coordenação eleitoral no Brasil.**

SÃO CARLOS- SP

2020

FABIANA CRISTINA DOS SANTOS DE SOUZA

## **Organização Partidária e Coordenação eleitoral no Brasil.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro  
Instituição Financiadora: CNPQ

SÃO CARLOS- SP  
2020

dos Santos de Souza, Fabiana Cristina

Organização Partidária e Coordenação eleitoral no  
Brasil. / Fabiana Cristina dos Santos de Souza -- 2020.  
75f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São  
Carlos, campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Pedro José Floriano Ribeiro  
Banca Examinadora: Gabriel Ávila Casalecchi, Gabriela  
da Silva Tarouco

Bibliografia

1. Partidos Políticos. 2. Seleção de Candidatos. 3.  
Coordenação.. I. dos Santos de Souza, Fabiana Cristina.  
II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

---

## Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fabiana Cristina dos Santos de Souza, realizada em 04/03/2020:

---

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro  
UFSCar

---

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi  
UFSCar

---

Profa. Dra. Gabriela da Silva Tarouco  
UFPE

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Gabriela da Silva Tarouco e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

---

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

Dedico a dissertação aos meus pais  
Elton e Janete, e aos meus irmãos,  
Janaína, Edson e Felipe.

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente agradeço ao professor Pedro pela paciência e orientação. Aproveito também e agradeço a todo o corpo docente do PPGPOL que por meio das aulas corroboraram para a melhora da pesquisa aqui apresentada. E ao CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- que tornou possível o desenvolvimento dessa pesquisa por meio da bolsa de mestrado a mim concedida.

Agradeço ao professor André Borges por ter dado importantes sugestões para a melhora da pesquisa durante a qualificação. Da mesma forma sou grata a professora Gabriela Tarouco e ao professor Gabriel Casalecchi por aceitarem participar da banca. A ciência é construída por meio da troca com importantes pesquisadores que nos fazem aprimorar.

Aos amigos do grupo de pesquisa dos partidos políticos, agradeço pelo companheirismo e pelas trocas de experiências, que por vezes me deram ânimo a continuar. Também agradeço aos colegas de mestrado, pelas conversas sempre produtivas. E aos amigos que ganhei durante os anos nas ciências sociais, em especial a Brina, Pedro Paulo e Bruna Ferrari.

Agradeço “as meninas dos 70”, que desde meus primeiros anos da graduação estiveram comigo e assim permaneceram, vocês foram um ponto de calma em meio a tanto caos.

A experiência do mestrado teria sido mais solitária se não fosse pela Lucilly e Afonso. Agradeço a eles por sempre estarem presentes e serem tão generosos. Ao meu amigo Leonardo, agradeço pelas madrugadas de conversas, e pelo bom humor sempre presente, até mesmo nos momentos difíceis. Sou eternamente grata ao PPGPOL por ter colocado vocês em minha vida.

Por fim, acredito que não tenha sido por acaso que ao terminar esse período da minha carreira acadêmica me veio à cabeça a trajetória de vida da minha família, em especial da minha mãe. Filha de retirantes nordestinos, e não tendo completado nem o ensino fundamental, ela se mostrou sensível a importância da educação na minha trajetória de vida. É a ela a quem dedico meu maior agradecimento, pela paciência, e por ser meu ombro amigo, mesmo que muitas vezes não compreendesse os desafios que a vida acadêmica nos impõe.

**Resumo:** Diante da importância dos partidos para a consumação dos regimes democráticos, algumas questões emergem em relação ao seu funcionamento, principalmente relacionada a como são tomadas as decisões no interior das agremiações. Isto posto, o objetivo central dessa pesquisa é analisar os partidos políticos por meio da sua organização interna, pois, conforme salienta Panebianco (2005), os partidos devem, antes de tudo, ser entendidos enquanto organizações, que disputam votos a fim de ocupar o governo e o legislativo. A questão chave que permeia a análise é: como a estratégia partidária, de *nacionalização* ou de *provincialização* incide sobre as chances de um partido lançar candidaturas para governadores bem como na costura dos acordos eleitorais? O intuito é compreender de que maneira os partidos traçam suas estratégias eleitorais de acordo com a autonomia ou centralização concedida aos órgãos subnacionais. O recorte proposto inclui os cinco principais partidos brasileiros: PT, PSDB, PMDB, PSB e DEM, analisando as eleições transcorridas nos anos de 2010, 2014 e 2018 para governadores. A hipótese é que o lançamento de candidaturas presidenciais corrobora para a adoção de uma estratégia de *presidencialização*, fazendo com que a cúpula nacional centralize o processo de lançamento de candidaturas para Governador, buscando apoio em nível nacional. Sendo assim, os partidos envolvidos diretamente nas eleições presidenciais, PT e PSDB, juntamente com o DEM, que tradicionalmente é uma fonte de apoio ao último, e o PSB, parceiro tradicional Petista, imporiam maiores restrições à cúpula estadual, estabelecendo certas opções de coalizões partidárias nos estados, bem como no lançamento de candidaturas, tendo em vista o cenário nacional. Já o PMDB busca por meio das eleições estaduais nacionalizar suas votações, o que incorre em maior autonomia aos níveis estaduais do partido. Para testar a hipótese serão observadas as resoluções eleitorais dos partidos, que ditam as principais diretrizes que os guiam nas eleições nacionais, os estatutos partidários, que descrevem as regras formais em relação à organização do partido, e também as intervenções realizadas pelas cúpulas nacionais nos diretórios estaduais, importantes instrumentos de sujeição das unidades subnacionais das legendas.

**Palavras-chave:** Partidos Políticos; seleção de candidatos; coordenação.

**Abstract:** Faced with the importance of parties for the consummation of democratic regimes, some issues emerge in relation to their functioning, mainly related to how decisions are made within the consortia. Thus, the central objective of this research is to analyze the political parties through their internal organization, since, as Panebianco (2005) points out, the parties must, first, be understood as organizations that vow to occupy the government and the legislative. The key question that permeates the analysis is how party strategy, nationalization or provincialization, whether pure or national, focuses on the chances of a party launching nominations for governors and senators in national elections, as well as sewing agreements elections? The intention is to understand how the parties outline their electoral strategies according to the autonomy or centralization granted to subnational bodies. The proposed cut includes the six main Brazilian parties: PT, PSDB, PMDB, PSB and DEM, analyzing the elections that took place in 2010, 2014 and 2018 for governors and federal deputies of the 27 Brazilian states. The hypothesis is that the launch of presidential candidacies corroborates the adoption of a presidential strategy, causing the national summit to centralize the process of launching candidatures for Governor and Senator, seeking support at the national level. Thus, parties directly involved in the PT and PSDB presidential elections together with the DEM, which traditionally is a source of support for the latter, and the traditional PT partner PSB would impose further restrictions on the state summit by establishing certain options for partisan coalitions in the states as well as in the launching of applications, in view of the national scenario. The PMDB seeks through the state elections to nationalize their votes, which incurs greater autonomy at the state levels of the party. To test the hypothesis will be observed the electoral resolutions of the parties, which dictate the main guidelines that guide them in the national elections.

**Keywords:** Political Parties; selection of candidates; coordination.



## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

### **Partidos Políticos**

DEM- Democratas

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

PFL- Partido da Frente Liberal

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

### **Órgãos partidários**

CEN- Comissão Executiva Nacional

CN- Convenção Nacional

CP- Comissão Provisória

CPE- Comissão Provisória Estadual

DE- Diretório Estadual

DN- Diretório Nacional

### **Gerais**

DJE - Diário da Justiça Eletrônico

DOU- Diário Oficial da União

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

## Lista de figuras e gráficos

Figura1: Processo de Formação dos Órgãos de Deliberação e Direção dos Partidos Brasileiros  
p. 30

Figura 2: Processo de Eleição Direta PT.....p. 34

Quadro1: Materiais utilizados na pesquisa.....p.15

Quadro 2: Tipologia de estratégias eleitorais e sistemas presidenciais com múltiplos níveis de governo. P.27

Quadro 3: Centralização e Autonomia.....p.41

Quadro 4: Resoluções eleitorais PT e PSDB.....p.44

Quadro 5: Resoluções Eleitorais PMDB, PSB e DEM.....p.46

Quadro 6: Lançamento de candidaturas na eleição 2010.....p.50

Quadro 7: Coligações para eleição majoritária estadual na eleição 2010.....p.50

Quadro 8:Lançamento de candidaturas na eleição 2014.....p.53

Quadro 9:Coligações para eleição majoritária estadual na eleição 2014.....p.53

Quadro 10: Lançamento de candidaturas na eleição 2018.....p.56

Quadro 11: Coligações para eleição majoritária estadual na eleição 2018.....p.56

Quadro 12: Classificação dos partidos conforme seu grau de desenvolvimento organizacional  
p. 59

Gráfico 1: Diretórios Estaduais e Comissões Provisórias.....p.59

Gráfico 2: Diretórios estaduais com intervenção.....p.60

Gráfico 3: Comissões Provisórias com intervenções.....p.61

Gráfico 4:Distribuição de intervenções ao longo dos anos.....p.62

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO</b> .....	9
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>SEÇÃO 1: ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E PARTIDOS MULTINÍVEIS</b> .....	16
Introdução.....	16
Teoria Clássica Organizacional.....	22.
Federalismo e Partidos Políticos Partidos Multiníveis.....	25
<b>SEÇÃO 2: ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E ESTATUTOS</b> .....	30
Introdução .....	30
2.1 Organização Partidária no Brasil.....	35
2.2 Trajetória e Estatuto dos Partidos Políticos Brasileiros.....	42
<b>SEÇÃO 3: ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	43
Introdução .....	43
3.1 Resoluções eleitorais .....	45
3.2 Mapeamento das decisões.....	48
3.3 Intervenções nas cúpulas estaduais.....	58
Conclusão.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	70

## **Apresentação da Dissertação**

### **Desenvolvimento do Trabalho, Organização do texto**

O trabalho tem como objetivo principal compreender a organização interna dos principais partidos brasileiros. O foco da pesquisa é assimilar de que forma as lideranças partidárias, que têm como ambiente de atuação uma organização multinível, coordenam suas estratégias eleitorais. Dessa forma, a dissertação se debruça a compreender o que leva um partido a conceder maior ou menor autonomia aos seus órgãos estaduais, e quais os mecanismos presentes no partido para a centralização das escolhas estratégicas nas mãos dos líderes partidários nacionais. Para tal empreendimento, a dissertação foi dividida em três seções.

Na introdução nos propomos a fazer um breve embasamento bibliográfico dos conceitos utilizados. O intuito fora apresentar o problema de pesquisa, conjuntamente com as hipóteses e sua justificativa, e como eles se apresentam no campo da ciência política.

A seção 1, intitulada “Organização partidária e partidos multiníveis”, pretende abordar a escolha da dissertação pela análise partidária por meio de sua organização. Dessa forma a subseção 1.1 tem como intuito apresentar a teoria organizacional clássica e a sua insuficiência para a interpretação dos partidos que tem mais de um nível de atuação. Logo a subseção seguinte tem por finalidade definir o contexto em que esses partidos atuam, dando ênfase no desenho federalista, tendo em vista a característica do desenho institucional brasileiro. Por fim a subseção 1.3 busca definir o que são organizações partidárias multiníveis, de que forma atuam e quais desafios ambientais que são lançados as lideranças partidárias em tais contextos.

A seção 2, “Organização partidária e estatutos” tem por objetivo adentrar ao caso brasileiro. A subseção 2.1 apresenta a organização dos partidos brasileiros. De forma especial, as legendas aqui analisadas, a saber, PT, PSDB, PMDB, PSB e DEM. A subseção 2.2 tem por intuito discorrer sobre as regras formais que regem as legendas aqui analisadas no que concerne aos mecanismos de centralização presentes para as lideranças nacionais. Também abordamos a origem de cada partido, variável essa que incide sobre o desenvolvimento e estratégia das organizações partidárias.

A parte empírica da dissertação apresenta-se na seção 3. Na subseção 3.1 analisamos as resoluções partidárias, atentando-se para a estratégia das legendas no lançamento e realização de coligações na disputa aos cargos majoritários estaduais. Já na subseção 3.2 nos propomos a traçar o processo de tomada de decisão intrapartidário por meio das notícias de jornais veiculadas, principalmente através de entrevistas dadas pelas lideranças partidárias,

observando os conflitos pré-eleitorais existentes. Por fim, na subseção 3.3 buscamos cruzar os dados relacionados a candidatura e coligações eleitorais, com as intervenções ocorridas nas cúpulas estaduais partidárias.

## INTRODUÇÃO

Ao se aproximarem as eleições nacionais de 2018, os jornais brasileiros deram destaque à dinâmica interna dos partidos, principalmente no que concerne a escolha de candidatos, tanto ao cargo de presidente, quanto aos demais cargos em disputa nessas eleições. Dentre as notícias veiculadas, o embate entre a cúpula nacional do PT e o diretório estadual do PT em Pernambuco teve destaque. O Partido dos trabalhadores (PT) não conseguia entrar em consenso em relação ao lançamento da candidatura no estado de Pernambuco. O episódio em questão dizia respeito a um acordo entre a cúpula nacional e o PSB, em que o PT retirava sua candidatura ao cargo de governador em Pernambuco, em contrapartida, o PSB mantinha-se neutro na disputa presidencial. Porém a decisão não agradou a executiva pernambucana petista que, em Convenção realizada em 02 de agosto de 2018, decidiu por manter a candidatura de Marília Arraes, contrariando as diretrizes da executiva nacional.

Como resultado, a cúpula nacional interveio na decisão da executiva estadual anulando sua decisão, retirando dessa forma a candidatura da vereadora Marília Arraes ao governo de Pernambuco. Em contrapartida, o ex-prefeito de Belo Horizonte Marcio Lacerda, filiado ao PSB, retirou-se da competição do governo de Minas para apoiar a reeleição do petista Fernando Pimentel no estado. O PSB acatou o pedido da executiva nacional do PT optando pela neutralidade em nível nacional<sup>1</sup>.

O episódio descrito acima tem apontado a necessidade de entendermos a natureza multinível<sup>2</sup> das organizações partidárias. A maneira como os partidos se organiza em ambientes multiníveis, seja em estados federais ou em estados unitários descentralizados, têm amplas consequências para a estabilidade das federações, relações intergovernamentais e o funcionamento das democracias (RIBEIRO E FABRE, 2019).

De maneira análoga, Fabre e Sweden (2012) apontam a necessidade de estudar a interação entre as lideranças e organizações partidárias, sendo elas cruciais para entender quais são as possibilidades e restrições que essas legendas enfrentam ao adaptarem as suas estratégias e organização ao ambiente multinível. Segundo os autores poucos estudos analisam o processo de coordenação intrapartidário, sendo que o passo inicial pode ser concentrar-se mais no porquê e sob quais condições e de que forma a coordenação política é alcançada

---

<sup>1</sup> Folha online “Petista Marília Arraes não será mais candidata ao governo pernambucano”. Acessado em 2018.

<sup>2</sup> Na dissertação utilizamos o termo multinível para designar organizações partidárias que atuam e organizam-se em ambientes com mais de um nível. .

Diferentemente do que se supunha apenas o sistema federalista e o presidencialismo não são variáveis suficientes para compreender o comportamento partidário em ambientes com mais de um nível de atuação. Até então, grande parte da bibliografia observava as características institucionais e a organização partidária como influenciando mutuamente uma à outra. Essa literatura apontava os efeitos do sistema presidencial na organização partidária, que resultaria em partidos *presidencializados*. O argumento girava em torno da separação tanto da votação quanto da sobrevivência dos mandatos dos poderes executivos e legislativos. A separação dos poderes resultaria em candidatos presidenciais de laços mais fracos com os seus partidos e menor coesão interna, tendo em vista os incentivos conflitantes intrapartidários. A competição presidencial seria o maior prêmio em disputa e faria com que os partidos concentrassem seus recursos em tal pleito, o que resultaria em problemas de coordenação nas disputas eleitorais (SAMUELS E SHUGART, 2010).

Destarte, enquanto o desenho institucional brasileiro corroboraria para a centralização do poder, o sistema eleitoral, ao focar nos estados, o descentralizaria e imporá barreiras ao desenvolvimento de partidos nacionais. Os partidos políticos seriam fluídos em termos de coesão política, de maneira que não seriam capazes de produzir maiorias previsíveis e disciplinadas. (STEPAN, 1999).

Recentemente, Ribeiro e Fabre (2019) apontaram a necessidade de incluir nesses estudos, como variáveis, as estratégias partidárias. Afirmam, ainda, que há conexões importantes entre as organizações partidárias multiníveis, as instituições políticas e as estratégias partidárias, neste sentido, elas se retroalimentariam. Os partidos não apenas observam de maneira apática, mas respondem a esses incentivos de maneira estratégica. As pesquisas demonstraram que os partidos podem ser *presidencializados* ao adotarem como pleito principal a disputa pela presidência. Porém nem todas as legendas optam por tal estratégia, ainda mais em sistemas fragmentados com grande número de cargos eletivos à disposição. Sem um candidato presidencial viável a legenda pode optar por dar ênfase às disputas estaduais.

Sendo assim, no Brasil, onde há incentivos contraditórios de acordo com o desenho institucional, os partidos poderiam adotar três tipos diferentes de estratégias, a primeira de *presidencialização*, a segunda de *provincialização* e a terceira de *provincialização nacional*, cada qual resultando em diferentes níveis de autonomia em relação aos órgãos estaduais. Tal estratégia estaria correlacionada com o lançamento ou não de candidatura presidencial, e o quanto o partido subordina a estratégia partidária a tal pleito (BORGES, 2015).



Á partir da visão teórica abordada acima, a proposta central da pesquisa é compreender as relações de forças internas dos partidos atentando-se para a estratégia de cada legenda, seja em relação a conceder maior autonomia ou centralizar-se no lançamento das candidaturas para governador, nos diferentes estados brasileiros. Pois conforme salienta Guarnieri (2004, p. 35) “A seleção de candidatos é uma das funções básicas dos partidos e o modo como isso é feito incide de maneira profunda no sistema político”.

Dessa forma a pesquisa busca compreender como os diferentes partidos respondem aos incentivos à nacionalização proveniente da competição presidencial em um sistema federativo (BORGES, 2015). De acordo com o autor há uma heterogeneidade de respostas disponíveis as legendas partidárias no que diz respeito à possibilidade de nacionalização de sua votação. Mesmo que as legendas não apresentem candidatos competitivos à presidência, as siglas podem se especializar nas disputas estaduais, lançando grande número de governadores nos estados e dessa forma, impactar na eleição legislativa por meio da sua candidatura ao cargo majoritário estadual (*coattail gubernatorial*).

Corroborando com a bibliografia apresentada até então, a hipótese é que a simultaneidade das eleições federais e estaduais faz com que o nível federal tenha uma interpelação maior na política estadual, tendo o nível central maior controle sobre o lançamento de candidaturas em nível estadual (GUARNIERI, 2004). Porém na ausência de um candidato presidencial competitivo, os partidos adaptam-se aos mercados eleitorais locais para maximizar o desempenho nas disputas para governador em muitos estados (BORGES; ALBALA E BURTNIK, 2017).

Os partidos envolvidos diretamente nas eleições presidenciais, PT e PSDB, juntamente com o DEM, que tradicionalmente é uma fonte de apoio ao último, e o PSB, parceiro tradicional petista, imporiam maiores restrições à cúpula estadual, estabelecendo certas opções de coalizões partidárias nos estados, bem como no lançamento de candidaturas, tendo em vista o cenário nacional (MELO 2010; BORGES, 2015).

O procedimento de análise será por meio do método qualitativo, pois, segundo Richardson (1999):

“Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos... e possibilitar em maior profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos” (RICHARDSON, 1999, p.80).

A fim de traçar as tensões do dia a dia, presentes nos partidos, a pesquisa irá utilizar como ferramenta a pesquisa documental múltipla. O quadro abaixo resume os documentos que serão utilizados na investigação:

Quadro 1: Materiais utilizados na pesquisa.

Material	Finalidade
Estatutos	Compreender as regras formais referentes à organização partidária e escolha dos candidatos.
TSE	Obter as resoluções partidárias lançadas em momentos eleitorais.
Jornais	Correlacionar os documentos partidários com as intervenções.

Fonte: Elaboração própria.

Os estatutos partidários serão utilizados como ferramentas para compreender o processo de seleção de candidatos, escolha das alianças eleitorais, bem como das intervenções partidárias e as regras que os regem. As resoluções eleitorais são documentos que os partidos publicam antes das eleições, nas quais constam as diretrizes da cúpula Nacional do partido durante as eleições. Esses documentos serviriam como base para compreender a estratégia do partido frente ao desafio eleitoral. Por meio das intervenções realizadas pela cúpula Nacional das legendas seria possível mapear o dia a dia dos partidos políticos brasileiros e as tensões internas presentes. Dessa forma a pesquisa busca cruzar os dados documentais com as intervenções realizadas nas cúpulas estaduais, buscando observar se os impasses eleitorais foram resolvidos por meio do mecanismo de intervenção disposto às lideranças nacionais. Para tanto foram obtidos os documentos oficiais dos partidos, bem como as notícias veiculadas no jornal. E posteriormente foram construídos bancos de dados com as candidaturas e coligações nos estados brasileiros em que os partidos aqui analisados (PT, PSDB, PMDB, DEM e PSB) lançaram candidaturas, bem como, um banco de dados com as intervenções realizadas nas cúpulas estaduais, dados esses obtidos através do site do TSE.

Os dados demonstraram que os partidos políticos optam por diferentes estratégias de acordo com o lançamento ou não de candidatura presidencial. Ainda nesse sentido, de acordo com a hipótese, o partido mesmo sem lançar candidatura presidencial pode verticalizar sua estratégia a fim de coordenar a disputa nacional a fim de arregimentar acordos estaduais. Sendo assim o resultado da pesquisa apontou que PT e PSDB optaram por apresentar uma estratégia de *presidencialização*, nas eleições de 2010, 2014 e 2018. O PMDB optou por não verticalizar sua estratégia eleitoral, concedendo maior autonomia a suas unidades subnacionais. Já o PSB optou por centralizar as decisões eleitorais nos pleitos de 2010 e 2014, porém em 2018 quando não apoiou formalmente nenhum candidato presidencial, nem decidiu por uma candidatura própria, suas unidades subnacionais gozaram de maior autonomia. Por fim, o DEM apresentou uma estratégia verticalizada, que nos demais pleitos foi se flexibilizando, sendo menos concentrada nas decisões nacionais.

Estamos cientes, conforme apontam Freidenberg e Levitsky (2014)<sup>3</sup>, da limitação por vezes presente em uma análise calcada apenas nos documentos oficiais dos partidos. O mapeamento das intervenções, conjuntamente com as resoluções, tenta sanar essa deficiência, buscando uma visão mais real da organização partidária dos partidos brasileiros. No mais, segundo Ribeiro (2013), os estatutos e regimentos são de importante ferramenta para balizarmos até que ponto as normas oficiais correspondem à dinâmica interna do partido, “se queremos afirmar que as normas oficiais nada valem para o real funcionamento da agremiação, precisamos primeiro conhecer como elas estruturam formalmente a vida partidária” (RIBEIRO, 2013, p. 229). Logo, a tentativa dessa dissertação é adentrar aos partidos políticos e compreender os desafios que se apresentam a eles e a forma como, de fato, lidam com as pressões ambientais, partes estas, muitas vezes “escondidas” dos pesquisadores e do público em geral.

---

<sup>3</sup>De acordo com Freidenberg e Levitsky (2014) há uma lacuna nos estudos de organização partidária ao focarem apenas na organização formal dos partidos. Segundo os autores há nas legendas organizações informais não contempladas nos documentos dos partidos, que, por vezes, nos fazem perder de vista a forma como o partido realmente funciona.

## **SEÇÃO 1: ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E PARTIDOS MULTINÍVEIS**

### **Introdução:**

Essa seção tem como intuito apresentar o partido enquanto organização. Para tanto, a primeira subseção se dedica à teoria classe organizacional dos partidos, apresentando as principais tipologias dos estudos de partidos políticos. O intuito é apresentar os principais modelos teóricos que guiaram os estudos organizacionais partidários. Na subseção 1.2. nos propomos a discutir o federalismo e como o sistema federalista incide na organização partidária. Para finalmente na subseção 1.3 definirmos o que caracteriza uma organização partidária multinível, bem como, os desafios que se apresentam a ela em relação ao ambiente em que atua, demonstrando a necessidade de uma nova tipologia partidária que se afaste dos modelos clássicos partidários. Nessa seção também apresentamos a principal literatura que norteia o problema de pesquisa aqui exposto, traçando as possíveis estratégias que as lideranças políticas partidárias podem adotar.

### **1.1 TEORIA CLÁSSICA ORGANIZACIONAL**

O nascimento dos partidos políticos com caráter moderno está intrinsecamente conexo com o advento da democracia política, com a extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares (DUVERGER, 1970), seu surgimento diz respeito a uma inspiração nitidamente democrática, sendo concebidos como instrumentos do seu desenvolvimento. Se anteriormente seu caráter tem inspiração majoritariamente democrática, Michels (1914) aponta seu atributo inevitável: a formação de oligarquias em seu interior. Segundo as palavras do próprio autor, “(...) a organização é a fonte de onde nasce o domínio dos eleitos sobre seus eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1914). Esse processo emerge a partir do crescimento da organização na tentativa de angariar as massas, culminando em uma maior complexidade organizacional, na divisão interna do trabalho, na especialização de funções, e na profissionalização dos dirigentes, que passam a se dedicarem exclusivamente a organização do partido, conformando-se, assim, uma burocracia hierarquizada.

Dessa forma, o crescimento da organização resultaria em partidos com tendências oligárquicas a fim de conceber a sobrevivência política, bem como a manutenção do poder pela classe dirigente. A oligarquização pode ser entendida como um processo no qual os dirigentes

de uma organização passam a ter como principal objetivo a conservação do poder interno e a sobrevivência e fortalecimento organizacionais. Para tanto, deixam de representar os interesses dos liderados, buscando estratégias eminentemente voltadas para a sua estabilidade no poder.

Posteriormente a Michels (1914), Duverger (1970) apresenta o primeiro esforço empírico de elaboração de uma tipologia de partidos políticos. Por meio de elementos históricos, ideológico e organizacional, o autor aponta que o arcabouço organizacional de um partido determina os mecanismos de seleção de dirigentes e os poderes deles. De maneira geral, é um fator explicativo para a eficácia e ineficácia de um partido político.

O primeiro ponto diz respeito à origem do partido, se ela se deu de forma externa ao parlamento ou por meio do parlamento/dos comitês eleitorais. A primeira forma está ligada comumente ao nascimento do partido por meio de sindicatos, cooperativas, igrejas, ou seja, instituições preexistentes que não se correlacionam com as atividades parlamentar ou eleitoral. Já a segunda forma, a origem interna ou eleitoral, surge por meio do agrupamento de parlamentares interligados através de comitês eleitorais, reunidos por questões locais, ideológicas e de interesses.

Ainda em Duverger (1970), os partidos políticos podem apresentar uma articulação fraca ou forte. De maneira geral, o autor define articulação como “(...) a negociação das ligações e das relações entre os grupos elementares do partido”. Uma articulação forte é quando a articulação dentro do partido é regulamentada com minúcia, de maneira a garantir a participação dos elementos de base à vida partidária. Dessa forma, um partido com articulação forte “apresenta-se como uma comunidade organizada, onde todos os elementos de base têm um lugar definido que determina sua importância respectiva”. Já uma articulação fraca é caracterizada pela preponderância da face pública do partido, reunido por “límites vagos e variáveis”.

A articulação partidária, segundo Duverger (1970), influencia no grau de centralização do partido. Uma estrutura fraca será, por regra, menos democrática e, por conseguinte, mais centralizada. Porém uma estrutura forte não pressupõe uma organização mais democrática. A rigidez da articulação pode ser um elemento para a oligarquia reforçar seu domínio e, conseqüentemente, condicionar uma estrutura mais centralizada.

Dessa forma, Duverger (1970) aponta outra diferenciação nos partidos políticos, que diz respeito às ligações verticais e horizontais e, posteriormente, à centralização e descentralização de um partido. As ligações, seja ela verticais ou horizontais, dizem respeito

ao sentido que ocorre a articulação partidária. Em partidos com ligação vertical, a articulação dá-se por meio da subordinação de um organismo do partido a outro. Já na ligação horizontal, a articulação ocorre por meio de órgãos situados no mesmo nível. Ressalta-se aqui que partidos com articulação forte há tendência às ligações verticais, já partidos com articulação fraca inclinam-se às ligações horizontais.

Para Duverger (1970) a centralização e descentralização de um partido “refere-se à repartição dos poderes entre os escalões da direção”. Sendo que a descentralização<sup>4</sup> pode assumir quatro diferentes tipos: a local, a ideológica, a social e a federal. A descentralização local diz respeito à ideia mais geral de descentralização, que corresponde a falta de poder de ação ao centro, sendo que as principais decisões do partido são tomadas pelos dirigentes locais do partido. A descentralização ideológica está relacionada à concessão de autonomia para as diversas frações ou tendências presentes dentro do partido. Já a descentralização social consiste em dar espaço para as diferentes seções corporativas dentro do partido, por exemplo, a possibilidade de se organizarem em categoria econômica<sup>5</sup>. Por último, Duverger (1970) aponta a descentralização federal, que diz respeito à influência que o desenho federativo exerce nos partidos, sendo muitas vezes refletidas em suas organizações.

Em relação à centralização, Duverger (1970) distingue dois diferentes tipos: a centralização autocrática e a centralização democrática. A primeira resulta de uma subordinação de todas as decisões tomadas pela cúpula central do partido, ou seja, as decisões são tomadas pela cúpula central e os representantes locais as aplicam. Já a centralização democrática diz respeito a uma organização partidária de caráter mais flexível. A base influencia nas decisões da cúpula central, dessa forma as deliberações do centro são tomadas levando em conta o ponto de vista da base do partido.

Três fatores podem influenciar na centralização ou descentralização de um partido. O primeiro diz respeito à origem do partido, os partidos de origem externa tendem a ser mais centralizados. O segundo fator é o financiamento do partido, os partidos burgueses seriam menos centralizados. E, por último, o regime eleitoral, sendo que o escrutínio majoritário tende a descentralização (DUVERGER, 1970).

---

<sup>4</sup>A noção geral de descentralização para Duverger (1970) é a falta de poder de ação ao centro, sendo que as principais decisões do partido são tomadas pelos dirigentes locais do partido.

<sup>5</sup>Partidos Indiretos do tipo católicos.

Por meio desses indicadores Duverger (1970) desenvolve uma tipologia de partidos, que, entre os tipos construídos, destacam-se os partidos de quadro e os partidos de massa. Os partidos de quadros são característicos do século XIX, eles se originaram por meio das elites políticas, com estruturas organizacionais mínimas e com suas bases calcadas nas redes interpessoais de uma determinada localidade, esses partidos não possuíam uma ideologia definida e estavam baseados no compromisso eleitoral. Os partidos de massa (que surgem com a expansão do sufrágio) são partidos de origem externa, baseados na mobilização política das classes trabalhadoras, em que apresentavam uma ampla base de filiados com atividades que não estavam restritas aos períodos eleitorais (penetração na vida social) e organizações auxiliares (principalmente sindicatos), sendo que o partido se voltava para a defesa de seus compromissos ideológicos.

Kirchheimer (2012) em 1954 aponta o processo de mudança dos partidos europeus, principalmente o desaparecimento dos partidos de massa, caracterizando um novo tipo de partido que cunhou de *catch-all*. O autor cunha tal conceito a partir das mudanças que ocorreram na Europa após a Segunda Guerra Mundial, “À aceitação da lei do mercado político tornou-se inevitável na maioria dos países da Europa Ocidental. Essa mudança por sua vez, encontrou eco na mutante estrutura dos partidos políticos (Kirchheimer, 2012 p. 361) De acordo com o autor, duas tendências corroboraram para o surgimento do partido do tipo *catch-all*. A falha dos partidos de massa de integrarem o proletariado no sistema político oficial e a resistência dos partidos burgueses em avançar até o estágio dos partidos integrativos.

Para Kirchheimer (2012) o partido do tipo *catch-all* seria caracterizado pelo objetivo primordial (se não exclusivo) de ganhos eleitorais, seu principal propósito é a expansão de seu apelo eleitoral com o intuito de atingir uma ampla parcela do eleitorado. Dessa forma, o partido organiza-se de maneira superficial, com uma orientação ideológica vaga. “In an effort to expand their electoral appeal to a wide variety of groups, their policy orientations are eclectic and shift with the public mood” (GUNTHER E DIAMOND, 2003, p. 186). Em consequência, os partidos passam a enfatizar os atributos pessoais na escolha dos postulantes aos cargos eletivos, determinados principalmente pelos recursos eleitorais dos candidatos, e não mais por critérios organizacionais, como tempo dentro do partido ou serviços prestados à legenda. A importância

dos militantes nesse partido declina como mobilizadores de votos<sup>5</sup>, à medida que os líderes em nível nacional ganham cada vez mais importância<sup>6</sup>.

Panebianco (2005) posteriormente aponta que diferentemente do que supunha Kirchheimer (2012) os partidos políticos não substituiriam sua ideologia, ou seja, os objetivos ideológicos presentes na origem do partido não poderiam ser ignorados pela coalizão majoritária. Ocorreria um processo diverso definido como “articulação dos fins”. Nessa passagem, a ideologia organizativa transforma-se de “manifesta” (objetivos explícitos e coerentes) a latente (objetivos implícitos, contraditórios). Ou seja, os objetivos dos partidos são adaptados às exigências organizativas.

Segundo Panebianco (2005), os líderes organizativos estariam em um dilema, ao terem que equilibrar organizacionalmente incentivos coletivos e incentivos seletivos. Os primeiros dizem respeito às vantagens distribuídas igualmente a todos os membros do partido (solidariedade, identidade, ideológicos), elas estão associadas às atividades que buscam alcançar os objetivos oficiais do partido. Os incentivos seletivos são distribuídos de forma desigual dentro das organizações, eles estão disponíveis apenas a uma parcela dos membros partidários (poder, status, material), e são disputados no interior dos partidos pelas elites partidárias a fim de obtenção de cargos. Dessa maneira, “a organização deve equilibrar a exigência de satisfazer interesses individuais por meio dos incentivos seletivos e a exigência de alimentar as lealdades organizativas que dependem dos incentivos coletivos” (PANEBIANCO, 2005, p.70).

Panebianco (2005) aponta o aparecimento de outro tipo de partido, que denominou como partido eleitoral profissional. Este tipo de partido seria caracterizado pela centralização nos profissionais do partido, sendo que eles possuem competências especializadas. O partido seria guiado por apelos eleitorais, e predominaria em sua direção os representantes públicos, com ênfase na liderança e na centralização dos carreiristas. O financiamento do partido seria voltado a grupos de interesses bem como a fundos públicos.

---

<sup>5</sup>Relacionado principalmente ao desenvolvimento tecnológico, como as mídias de massa.

<sup>6</sup>Recentemente Gunther e Diamond (2003) apontaram a necessidade de reavaliar as tipologias partidárias já existentes, suas críticas direcionam-se à predominância dos estudos centrarem-se nos partidos Europeus e não darem conta dos partidos surgidos recentemente em outras partes do mundo. Ver Espécies de partidos políticos: Uma nova tipologia.



Conjuntamente com o aparecimento dos partidos eleitoral profissional, Panebianco (2005) discute o processo de supressão dos partidos. Segundo o autor, os processos de mudança social estariam formatando um campo político multidimensional. O tradicional *continuum* esquerdo e direito não seria suficientes para explicar dimensão política, as questões materialistas estariam deixando a arena política mais instável e imprevisível. Decorrentes dessas considerações, há dúvida sobre o que o futuro reserva em relação a sorte da democracia. Os modelos tradicionais de partidos políticos os definiram como organizações essencialmente hierárquicas nas quais os indivíduos competem pelo poder.

Segundo Carty (2004) esses autores ao estudarem a organização partidária tinham a concepção do partido como uma única organização, em que algum grupo político poderia capturar e comandar. Estaria implícito em todos esses modelos a noção de que a disputa pelo poder organizacional é um jogo de soma zero, no qual o poder detido por líderes, ativistas ou membros deve ser custeado pelos outros.

De acordo com o autor, os modelos tradicionais de organização partidária não lidam bem com partidos que operam em sistemas genuinamente multiníveis - isto é, sistemas políticos nos quais os níveis separados desfrutam de autonomia significativa. Segundo Deschauer (2006) a suposição de grande parte da literatura é que a política partidária se situa no contexto dos estados nacionais. O estado nacional é, portanto, normalmente visto, como contexto institucional primário que molda a política partidária. A causa, segundo o autor é que a formação dos partidos, seja organizacionalmente, seja moldando a opinião pública ocorreu dentro dos limites territoriais dos estados nacionais.

À vista disso, a maioria das pesquisas sobre partidos políticos analisaram essas origens e outros desenvolvimentos tomando os partidos nacionais como sua unidade de análise mais óbvia. Porém, segundo Carty (2004), a maioria dos partidos, não é mais, se é que realmente foi, definitivamente hierárquica, e seus conflitos internos não são necessariamente jogos de soma zero. Em um partido *estratarquico*, o poder e a autoridade organizacionais não ficam em um único lugar ou em um único conjunto de indivíduos - ele é (mais ou menos) amplamente compartilhado.

À vista disso, Bolleyer (2011) organiza uma tipologia de partidos baseada na esfera de influência e autonomia dos órgãos. De acordo com a autora os partidos podem ser divididos em hierarquia, estratarquia e federação, observando os mecanismos para resolução de conflitos, os padrões de integração vertical, como os recursos são alocados, e a representação dos interesses nacionais pelas unidades subnacionais do partido.

Os partidos hierárquicos seriam caracterizados pela centralização do poder nas mãos das elites nacionais, incluindo seleção de candidatos, financiamento, e mecanismos de resolução de conflitos. Dessa forma, a autonomia concedida as unidades estaduais é baixa, à fim de propiciar a integração do partido. Já o partido federalizado é definido pela descentralização do poder, sendo que diferentemente dos partidos hierárquicos, as elites regionais conseguem controlar o processo de seleção de candidatos e finanças (BOLLEYER, 2011). Os partidos estratárquicos são localizados no meio, entre as federações e os partidos hierárquicos, com certo nível de interdependência entre os órgãos.

Figura 1: Três modelos de organização partidária

	Party hierarchy	Party stratararchy	Party federation
Locus of power	Central	Divided (across levels)	Regional
Basic organisational principle	Power concentration	Power dispersion	Power dispersion
Logic of competence distribution across levels	-	Functional	Territorial
- National policy	Central (leadership dominated)	Central (member access)	Central (territorial access)
- Candidate selection	Central	Local	Regional
- Membership	Central	Regional or local	Regional or local
Mode of formation	Top-down	Top-down or bottom-up	Bottom-up
Logic of representation of national leadership	Elite-based	Member-based	Territorial
Dominant decision-makers on national level	Individuals	Individuals	Group representatives
Definition of organizational membership (national)	Selective/individually based	Inclusive/individually based	Inclusive/group-based
Local autonomy	Low (strictly local matters only)	Medium (coherence of national brand as limit)	High (potentially at costs of national brand)
- Central integration of local/regional units	High	Low	Medium (indirect via central organs)
Conflict regulation	Central	Central	Shared
Dominant mode	Ignorance/expulsion	Tolerance/negotiation	Tolerance/negotiation
Protection of dissenters against sanctions	Non-existent	Medium	Extensive
Dominant direction of conflict	Horizontal (between competitors for national leadership)	Vertical and horizontal (between individuals and/or factions)	Vertical and horizontal (between territorial units)
Finances	Central	Shared	Regional

Fonte: Bolleyer, 2011, p.320

A bibliografia exposta até então aponta a necessidade de observarmos a diversidade das estruturas organizacionais, e seus diferentes níveis de interdependência. Dessa forma Bardi, Bartolini e Trechsel (2014) assinalam que o estudo partidário necessita abandonar os modelos integrados para a compreensão das organizações partidárias e priorizar entendê-los de acordo com as funções e relações de poder desses componentes. Logo a dissertação busca nos próximos capítulos se vincular a essa bibliografia a fim de ter uma melhor concepção da dinâmica interna partidária, bem como da diversidade presente nessas organizações políticas.

## 1.2 FEDERALISMO E PARTIDOS POLÍTICOS

O sistema federalista pode ser definido, de maneira geral, enquanto um “contrato constitucional entre unidades constituintes, que definem proteções institucionais a fim de evitar futuras expropriações por parte das demais unidades ou do governo central” (ARRETCHE, 2009 p. 378). Com esse intuito, as federações tendem a possuir maiores pontos de vetos nos processos decisórios em comparação aos sistemas unitários.

De acordo com Desposato (2004) o sistema federalista auxilia no gerenciamento de países muito diversos e divididos. Sendo assim, a adoção de um sistema federal está correlacionada à presença de uma grande heterogeneidade social que acaba sendo refletida tanto na divisão da nação, como no espaço territorial (diversidade étnico-linguística, socioeconômica, racial). Isto posto, “qualquer país federativo foi assim instituído para dar conta de uma ou mais heterogeneidade” (ABRUCIO, 2005, p. 42). Dessa forma, a federação seria uma forma de lidar com essa diversidade e estabelecer uma unidade mediante as diferenças, por meio do estabelecimento da autonomia local.

Á vista disso, o sistema federal seria uma solução inovadora ao proporcionar uma organização política territorial que, diferentemente de uma estrutura piramidal de hierarquia, estabelece essa divisão de poder de maneira matriarcal, possibilitando uma estrutura nacional. Essa divisão, então, estabelece um pacto em que os parceiros federais se reconhecem mutuamente e se esforçam para a manutenção da unidade mediante esse reconhecimento (ABRUCIO, 2005).

Essa divisão territorial tem profundas influências na maneira como os partidos se organizam. Segundo Chandler e Chandler (1987), a adoção de um sistema federalista por parte de uma nação fornece múltiplas arenas semiautônomas nos processos decisórios em que cada líder possui a oportunidade de responder as distinções regionais. Dada a centralização de funções, as elites regionais que trabalham através de partidos locais ou regionais podem oferecer aos eleitores conjuntos distintos de pacotes de políticas. Nacionalmente as elites também podem ter incentivos positivos para responder aos interesses regionais dentro da ordem federal. Ambas as tendências vão gerar um impulso descentralizador para a estrutura dos partidos e para a competição partidária.

O federalismo, baseado no pluralismo territorial, incentivará maiorias/coligações regionais distintas dentro das unidades regionais. Se assim for, o federalismo também pode estimular pressões contraditórias sobre partidos que tenderão a minar a coesão interna do partido e obstruir o estabelecimento de organizações nacionais coerentes. Assim sendo, o federalismo cria incentivos para que as elites regionais sustentem partidos que podem ser dominantes,

regionalmente e federalmente (CHANDLER E CHANDLER, 1987). O que segundo Desposato (2004) resulta em tensão entre o nível nacional partidário e os interesses estaduais.

“The resulting tension between state and national interests can weaken political parties, with legislators succumbing to provincial interests and pressures and defecting from party positions. This party weakening tension need not always be problematic for democratic regimes’ survival but, in moments of economic or political crisis, it can lead to dangerous stalemates if subnational actors assert veto power over national legislation.” (DESPOSATO, 2004, P. 260)

Da mesma forma, o sistema federalista fornece oportunidades especiais para oposições políticas e, mais especialmente, oferece oportunidades para aqueles partidos menores que não representam ameaças diretas ao partido no poder ou a coalizão no nível federal.

Há variações no sistema federalista e seus diferentes tipos impactam de maneira distinta na política partidária. Os tipos estão relacionados ao propósito e efeito das divisões federais de autoridade. O primeiro é o federalismo dual, nesse tipo o objetivo é criar dois níveis de autoridade, cada um com seus próprios setores de políticas bem definidos, operando de forma semiautônomas. Toda a maquinaria dos governos tende a ser duplicada em cada nível, e há uma presunção de que cada nível pode e deve gerenciar seu próprio negócio (CHANDLER E CHANDLER, 1987). O segundo tipo é chamado de federalismo integrativo ou cooperativo, em que um nível de governo será responsável apenas por certo estágio do processo de política e o outro nível por outros estágios.

Dessa forma, as instituições políticas responderiam de maneiras diferentes de acordo com o tipo de sistema federalista adotado. Em sistemas federalistas duais, as unidades subnacionais seriam mais autônomas, tendo em vista tendo que as legendas replicariam em sua organização a separação institucional de competências. Já o federalismo integrativo, induziria os partidos a uma estratégia mais integrada entre o nível nacional e estadual partidário, tendo em vista a interdependência política entre os entes federados.

No caso brasileiro, o sistema político e o desenho administrativo tornam o cenário ainda mais complexo, pois conforme salienta Souza (2005) há no país um “sistema de três níveis”, pois incorpora os municípios enquanto entes da União. Além disso, a história federativa brasileira foi marcada por sérios desequilíbrios entre os níveis de governo.

Na República Velha (1889-1930) predominou um modelo centrífugo, com estados tendo ampla autonomia, pouca cooperação entre si e um governo federal bastante fraco. Na Era

Vargas o Estado nacional fortaleceu-se, mas os governos estaduais, particularmente no estado Novo, perderam autonomia. De 1946 a 1964, na volta à democracia, o Brasil experimenta seu primeiro momento de maior equilíbrio em nossa federação, tanto do ponto de vista da relação entre as esferas de poder como da prática democrática. Com o estabelecimento do Golpe Militar em 1964, houve a quebra dessa estabilidade institucional e fora implementado um modelo autoritário, com grande centralização política, administrativa e financeira. Já com a redemocratização em 1988, o modelo cooperativo deu espaço a um modelo predatório de relações intergovernamentais.

Ainda de acordo com Desposato (2004) o caso brasileiro seria caracterizado por um federalismo extremo, caracterizado pela descentralização tanto fiscal, quanto política. Os recursos controlados pelos atores estaduais, como indicações a cargos políticos, coalizões eleitorais, escolha de candidatos, aumentaria a influência das elites locais, em detrimento das elites nacionais nas legendas partidárias brasileiras. É acrescido nesse cenário uma ampla diversidade social, sendo uma característica marcante do desenvolvimento social brasileiro (ABRANCHES, 1988).

Logo, os atores estaduais (executivos estaduais, organizações partidárias estaduais e os interesses estaduais mais amplos) coagiram as legendas partidárias a concederem maior autonomia às unidades subnacionais. Porém essa influência, no caso brasileiro, é combatida pelas organizações nacionais partidárias e pelo executivo nacional, tendo em vista a obrigatoriedade por parte da legislação eleitoral de organizações nacionais, e os poderes presentes nas mãos do presidente em relação à proposição de políticas<sup>7</sup> (LIMONGI e FIGUEIREDO, 1988; DESPOSATO, 2004).

Logo, ao mesmo tempo em que o sistema federalista fornece oportunidades às elites políticas, principalmente em relação às distinções locais, ele lança novos desafios às legendas, tanto organizacionais, quanto eleitorais. Seja em relação à organização, distribuição de recursos e divisão do trabalho no que concerne aos ramos estaduais, seja em relação à coordenação e adoção de estratégias eleitorais nos diferentes níveis (RIBEIRO E FABRE, 2016).

### **1.3 PARTIDOS MULTINÍVEIS**

---

<sup>7</sup> De acordo com os autores o poder institucional do presidente, através das medidas provisórias tem sido um importante instrumento em mãos do executivo nacional para a sujeição do congresso e controle da agenda política

Os estudos de partidos por meio de uma análise multinível buscam compreender de que maneira as legendas partidárias se comportam quando se deparam com o desafio de participar das eleições em todo território nacional, tanto no nível nacional, quanto regional. De acordo com tal bibliografia, a forma como eles respondem a tais desafios impacta tanto no funcionamento quanto na qualidade dos sistemas democráticos (RIBEIRO E FABRE, 2019).

Assim, o grau de autonomia dentro do partido pode ser entendido por meio de dois indicadores, tanto pela organização partidária, quanto pelo recrutamento político, seja de seus líderes, quanto dos candidatos que disputam os cargos eletivos (CHANDLER E CHANDLER, 1987). Três dimensões podem influenciar no grau de integração vertical e na autonomia dos órgãos regionais, são eles, segundo Deschouwer (2006): Instituições formais, Sistemas e ciclos eleitorais e a heterogeneidade social.

As instituições formais dizem respeito à forma como o contexto institucional afeta a vida partidária, assim como a organização do sistema eleitoral, sendo que, as variações em que cada eleição é organizada, e mais importante o tempo das eleições, a simultaneidade ou a relação entre os diferentes ciclos quando as eleições não se dão de forma aninhada influenciam, na autonomia e, por conseguinte na estratégia partidária (DESCHOUWER, 2006).

Os partidos políticos podem, então, ser compelidos a coordenarem as disputas e, dessa maneira, nacionalizar-se quando esta for uma estratégia que lhes garantam cargos, votos ou expandam suas bases políticas (MULLER E STEPAN, 1999). Ou optarem por não se nacionalizar com o intuito de obterem unicamente os benefícios da política.

No caso brasileiro, a combinação entre sistema proporcional de lista aberta e a eleição de parlamentares em distritos de alta magnitude e grande extensão territorial resulta em variadas estratégias de campanha e tipos de conexão eleitoral (BORGES, 2015), pois os partidos políticos brasileiros são multiníveis, ou seja, estão presentes nos níveis municipais, estaduais e federal. Assim, no Brasil operaria uma lógica dual, com o nível nacional como fator estruturante da disputa, em contraposição ao federalismo que coagiria os partidos a descentralizarem-se.

Nesse sentido o partido poderia adotar diferentes estratégias de nacionalização, no intuito de expandir sua base territorial, e dessa forma ter sua força eleitoral distribuída homogeneamente nos estados. A proximidade das eleições legislativas com a disputa presidencial faria com que os partidos tivessem que se vincular a um candidato presidencial para sua sobrevivência eleitoral, tendo em vista a necessidade de arregimentar apoio nacional na disputa pela cadeira presidencial. No entanto, o grau de centralização também interfere na

nacionalização dos partidos políticos, tendo em vista que dado um ambiente com os governos estaduais usufruindo de poder para produção de políticas, o efeito do presidencialismo é menos relevante, possibilitando a sobrevivência de partidos que optem apenas por atuarem em nível estadual (BORGES, 2015)

Dessa forma, a nacionalização poderia ser horizontal, por meio da disputa estadual, ou vertical, quando os resultados das eleições estaduais são condicionados pelas clivagens nacionais. Nesse cenário, segundo Borges (2015), os partidos adotariam três tipos diferentes de estratégias eleitorais de acordo com seus objetivos: a primeira seria a de *presidencialização* que corresponderia à estratégia do partido de subordinar todos os demais pleitos a lógica da eleição presidencial com o intuito de conquistar a presidência e/ou participar do governo nacional. A segunda de *provincialização*, que seria a amarração da sorte eleitoral aos estados, promovendo ampla autonomia aos níveis estaduais.

E a terceira e última é a da *provincialização* nacional, em que o partido combina a priorização de eleições subnacionais para a nacionalização do partido por meio do preenchimento de candidaturas para governadores em muitos estados. Nesta estratégia, mesmo que os partidos apresentem um candidato à presidência ou faça parte da coligação, o partido decide não subordinar as estratégias dos estados em relação aos alinhamentos nacionais. Dessa forma, conforme aponta Borges (2017), a principal diferença entre a *provincialização nacional* e a *presidencialização* é que “whether or not parties adopt a vertically integrated strategy” (BORGES, 2017, p. 653). Assim, conseguir a conquista de executivos estaduais, bem como, de bancadas no Congresso é uma forma de garantir presença nos governos.

Quadro 2: Tipologia de Estratégias eleitorais em Sistemas Presidenciais com Múltiplos Níveis de Governo.

Nacionalização Vertical	Nacionalização Horizontal	
	Baixa	Alta
Alta	Presidencialização regional	Presidencialização
Baixa	Provincialização	Provincialização nacional

Fonte: Borges, 2015, p. 661

Logo, os partidos podem perseguir uma estratégia que integre verticalmente a legenda, ou perseguir uma estratégia horizontal competindo nas arenas subnacionais no maior número

possível de estados. Conforme resume o quadro acima (quadro 2), cada estratégia resulta em um nível de ligação tanto vertical, quanto horizontal dos diferentes níveis dos partidos.

A integração vertical implica em amarrar as eleições estaduais às estratégias em nível nacional, no intuito de angariar apoio político para a disputa nacional. Porém as lideranças políticas nacionais podem delegar certo nível de autonomia aos órgãos subnacionais, ao entender que os mesmos terão um melhor entendimento das especificidades locais, e dessa forma maximizar suas chances eleitorais nos estados, e assim optarem por uma estratégia menos verticalizada (FABRE 2008; BORGES; ALBALA E BURTNIK, 2017)

Logo em sistemas federativos, como o brasileiro, as legendas podem integrar suas estratégias de acordo com a clivagem nacional, ou adaptar a mensagem do partido e as estratégias eleitorais de acordo com as especificidades regionais, delegando maior autonomia aos órgãos subnacionais do partido. (FABRE, 2008; RIBEIRO E FABRE, 2016).

No presidencialismo as lideranças partidárias podem optar ou não por participarem da competição eleitoral central. Segundo Melo (2010), o “aninhamento” entre as eleições estaduais e nacionais fornece uma estrutura de jogos em que, o *payoff* em uma determinada arena é influenciado pelas decisões tomadas em outra. Sendo a eleição presidencial o eixo do sistema partidário brasileiro, as demais estratégias dos partidos deverão subordinar-se a ela.

Segundo Limongi e Cortez (2010) a estrutura das eleições presidenciais repercute sobre as disputas pelos governos estaduais, fazendo com que estas obedeçam à clivagem básica. A estratégia dos partidos em negociar o lançamento e a retirada de candidaturas é a chave para se entender a dinâmica da competição eleitoral no Brasil. Assim, a eleição presidencial torna-se o prêmio principal, os demais são subsidiários.

Logo para compreender a dinâmica nacional se faz necessário observar o arranjo interno dos partidos políticos no que diz respeito ao lançamento e retirada de candidaturas nos estados. Na chave desse argumento está a estruturação da disputa presidencial na clivagem PT e PSDB, esses partidos antecipariam a escolha dos eleitores, ao comandarem as Convenções e dessa forma tornaria o quadro político mais inteligível e previsível (LIMONGI E CORTEZ, 2010). Dessa forma, após a definição de PT e PSDB como protagonistas na corrida presidencial, os demais partidos optaram por concentrar suas estratégias nos pleitos estaduais majoritários, ou na costura de chapas proporcionais competitivas (MELO, 2010).

Nesta mesma abordagem, observando a relação hierárquica entre o nível central (federal) da organização dos partidos e os ramos estaduais, Guarnieri (2004) aponta que o



processo de seleção de candidatos no Brasil é controlado pelas lideranças partidárias. A centralização teria como principal intuito a manutenção das linhas hierárquicas dentro do partido, bem como, uma maior previsibilidade dos resultados eleitorais. Logo o autor aponta a necessidade de não desconsiderarmos o papel das lideranças partidárias nacionais no processo de seleção de candidatos e na elaboração das listas de deputados e senadores, resultando em uma maior integração vertical.

Ocorreria, então, nas eleições brasileiras o fenômeno do *cottails* presidencial, já que as eleições presidenciais e legislativas simultâneas fariam com que o sistema partidário passasse por um processo de “seleção natural”. Os partidos mais bem sucedidos em competir pela presidência e mobilizar um eleitorado nacional, gradualmente, substituiria os partidos menos competitivos (GOLDES, 2016; SHUGART E CAREY, 1992).

## **2. ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E ESTATUTOS**

De acordo com uma ampla bibliografia, a tradição organizacional partidária brasileira seria caracterizada por uma estruturada federalizada, em que as seções subnacionais dos partidos gozariam de ampla liberdade, tanto em relação a linha político partidária, quanto nas estratégias eleitorais. Caberia as lideranças nacionais apenas a mediação dos conflitos entre as elites regionais, acomodando seus interesses antes de atingir as instâncias partidárias “atingir-se-ia, dessa forma a unidade do partido (no sentido de sua não ruptura) enquanto a união na ação política seria deixada em segundo plano (RIBEIRO, 2013 p.226).

Visões recentes têm demonstrado perspectivas divergentes, segundo pesquisas correntes os partidos políticos brasileiros têm cumprido com suas obrigações e as lideranças partidárias têm conseguido estabelecer disciplina ao longo das linhas hierárquicas, diferentemente do que se supunha até então, que elas seriam meramente agências de obtenção de mandatos com uma estrutura federalizada (PERES, 1999; FIGUEIREDO E LIMONGI, 1995; RODRIGUES, 2002; GUARNIERI, 2004).

Segundo os autores, grande parte da visão pessimista estava fundamentada em um embasamento empírico escasso, orientado apenas nas características institucionais brasileiras. Dessa forma pouco se saberia sobre o real funcionamento das organizações partidárias no Brasil. Dito isso, nesta seção nos propomos a apresentar a organização partidária dos partidos aqui analisados, a saber, PT, PSDB, PMDB, PSB e DEM, e quais os mecanismos dispostos nas mãos das lideranças nacionais para assegurar as linhas hierárquicas partidárias.

Na subseção 2.2 nos dispomos a analisar a origem e trajetória das legendas, pois segundo Panebianco (2005) o modelo através das quais os partidos surgem, podem impactar o partido por décadas, restringindo a margem de ação dos atores internos. Da mesma forma analisamos os estatutos partidários no que diz respeito a centralização e autonomia delegadas as instâncias subnacionais, para que posteriormente possamos cruzá-los com as decisões das cúpulas nacionais e estaduais.

### **2.1. ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL**

A partir dos estudos clássicos expostos acima, uma ampla literatura considerava que os partidos políticos brasileiros seriam fracos. As críticas direcionavam à inexistência de uma estrutura organizatória e à falta de controle sobre seus membros. Os partidos políticos brasileiros seriam caracterizados pela fraca institucionalização, predomínio do individualismo e autonomia dos políticos perante a organização partidária, que era construída por meio do clientelismo e de um sistema de patronagem. Por trás dessa visão pessimista estava a resistência

em estudar a organização dos partidos políticos<sup>8</sup> e a utilização do tipo-ideal de partidos de massa como métrica, principalmente no que concerne ao vínculo do partido com a sociedade.

Prognósticos recentes têm apontado que os partidos brasileiros não seriam efetivamente essa “geleia geral, inorgânica, amorfa, incompetente e corrupta” (RODRIGUES, 2009 p. 22). Estudos empíricos apontam que as legendas brasileiras são orientadas pela afinidade ideológica, há disciplina partidária e eles desempenham papel fundamental na organização do trabalho legislativo. (RODRIGUES, 2002; GUARNIERI, 2004, GUARNIERI, 2009)

Guarnieri (2009) demonstra que no Brasil os partidos brasileiros são fortes<sup>9</sup>, embora não sejam iguais aos partidos apontados pela literatura europeia. Observando a organização partidária e as regras que os regem, o autor aponta que as lideranças partidárias possuem mecanismos para controlar as estratégias das arenas eleitorais, bem como as principais decisões no interior das legendas. Dessa forma, entender como funcionam os partidos por dentro pode ser uma possibilidade de se obter uma visão mais real sobre como são tomadas as decisões do dia a dia no interior da organização partidária.

Posto isso, o capítulo continua com uma descrição de como os partidos políticos se organizam, passando brevemente por seus estatutos.

No caso brasileiro, em consonância com o desenho administrativo, os partidos políticos também são instituições obrigatoriamente de caráter nacional, conforme salienta a LOPP 9096/95, onde:

§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados ao partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles (Lei nº 9096/95).

---

<sup>8</sup>Segundo Panebianco (2005), dois preconceitos estruturariam a resistência por parte dos pesquisadores para os estudos da organização partidária. O primeiro ele denomina como preconceito sociológico, que é o entendimento de que as atividades dos partidos são produtos das “demandas” dos grupos sociais por eles representados. E que, portanto, os partidos são manifestações das clivagens sociais do âmbito político. O preconceito teleológico, seria a atribuição, por parte do pesquisador, de que os objetivos dos partidos seriam reflexo das atividades organizativas.

<sup>9</sup>Um partido forte é “aquele em que a direção partidária controla as estratégias de participação nas arenas eleitorais e decisórias” (GUARNIERI, 2009)

Assim, sua estrutura decisória reflete nas divisões federativas, sendo organizado em três níveis: nacional, estadual e municipal.

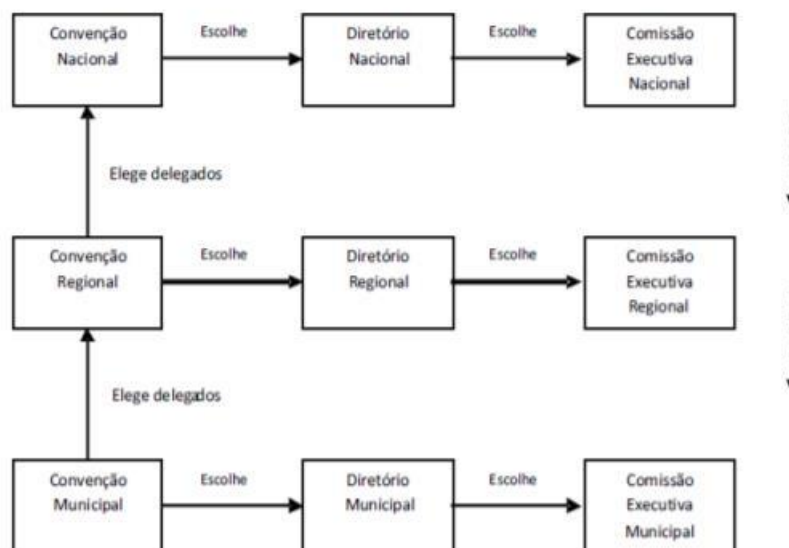
Os partidos políticos escolhem candidatos nos três níveis de governo e seus corpos legislativos correspondentes. A instância máxima decisória é a Convenção Nacional, nela são escolhidas tanto as estratégias políticas, como por exemplo, as políticas de alianças eleitorais, como o candidato à Presidência da República. Assim, Segundo Guarnieri (2009, p. 45), “obter o controle da Convenção garante o controle sobre a escolha dos candidatos a cargos majoritários e, conseqüentemente, a estratégia eleitoral”. Dessa forma, no que diz respeito às estratégias eleitorais, dois órgãos partidários são importantes<sup>10</sup>: o de deliberação, formado pelas convenções nacionais, estaduais, municipais e zonais, que, dentre outras tarefas, escolhem candidatos, alianças eleitorais, programas e estatuto do partido. E o órgão de direção e ação partidária, que são formados pelos diretórios, comissão executiva nacional, estadual, municipal e as comissões provisórias, elas realizam a tarefa do dia a dia, como convocar e definir regras das convenções, julgar recursos, aplicar penalidade, dentre outras responsabilidades.<sup>12</sup>

A escolha formal desses órgãos é feita da base para o topo, conforme ilustra a figura abaixo (Figura 2). A Convenção Municipal escolhe os membros do Diretório Municipal, que posteriormente elegem os membros da Comissão Executiva Municipal. A mesma Convenção Municipal tem como papel escolher os delegados que irão para a Convenção Regional. A mesma lógica é aplicada aos demais níveis. A Convenção Regional escolhe o Diretório Regional, que, por sua vez, define a Comissão Executiva Estadual. A Convenção regional também é responsável pela escolha dos delegados à Convenção Nacional. A Convenção Nacional escolhe os membros do Diretório Nacional, que, por conseguinte, elegem a Comissão Executiva Nacional.

---

<sup>10</sup>Ao todo os partidos possuem 6 órgãos, sendo eles :deliberação, direção e ação partidária, ação parlamentar, auxiliares, pesquisa e cooperação.

Figura 1: Processo de formação dos Órgãos de deliberação e Direção dos partidos brasileiros.

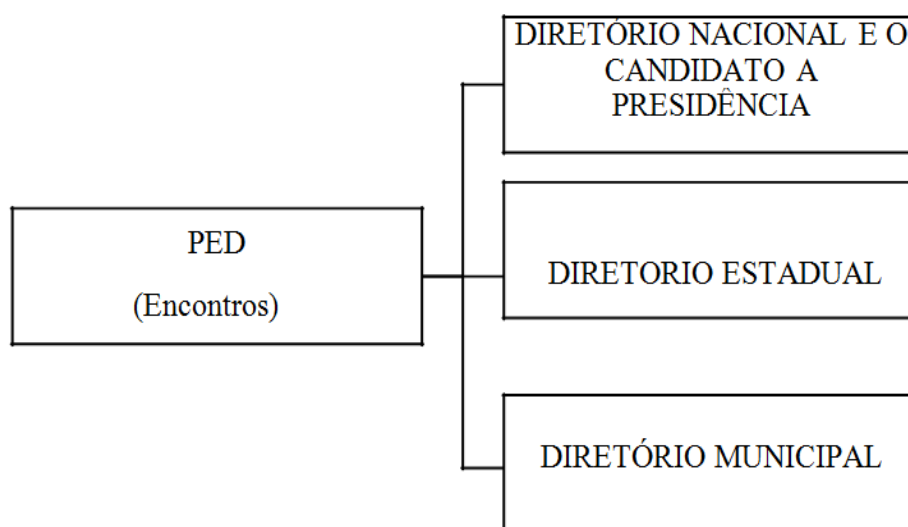


Fonte: Guarnieri, 2009, p. 46

Apenas o PT se diferencia ao adotar o Processo de eleição Direta em 2001, na escolha das lideranças partidárias. Com essa nova regra qualquer pessoa filiada há mais de um ano ao partido, com a anuidade em dia, pode comparecer aos diretórios municipais, no dia da eleição interna, e votar no seu candidato a presidente e na chapa que apoia para a direção nacional. Sendo que a candidatura a presidente mais votada é eleita e o diretório nacional é composto proporcionalmente, de acordo com o número de votos recebidos por cada chapa<sup>11</sup>.

<sup>11</sup>Ainda há um debate referente a maior qualidade democrática ou não na adoção do PED.

Figura 2: Processo de Eleição Direta PT



Fonte: Elaboração própria, de acordo com o estatuto do partido.

No que diz respeito a possibilidade de intervenção nos órgãos, foi assegurada a interferência de maneira *top-down*, ou seja, os órgãos hierarquicamente superiores podem intervir nos órgãos inferiores, de acordo com as regras vigentes nos estatutos de cada legenda partidária.

Em relação a seleção de candidatos e deliberação sobre coligações, elas são decididas por meio da realização de convenções (encontros, no caso do PT), cabendo a Convenção estadual a definição dos candidatos a governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Dessa forma, de acordo com a organização formal dos partidos, conjuntamente com a adoção da representação proporcional de lista aberta, seria esperado que as lideranças partidárias tivessem menos controle sobre a lista e, conseqüentemente, a eleição dos candidatos.

Ao adotar um processo de seleção de candidato descentralizado, os partidos políticos concederiam ampla autonomia a seus políticos no nível regional e local em detrimento às lideranças nacionais. Mesmo tendo como obrigação o pertencimento a partidos nacionais, os políticos regionalizariam as legendas, pois sem o apoio das esferas regionais, um político não conseguiria se tornar uma liderança nacional (GUARNIERI, 2004). De acordo com Guarnieri (2004, p. 5) “os dispositivos encontrados nos estatutos nos levam a constatação de que as lideranças partidárias têm controle sobre o processo de seleção de candidatos”.

Na prática, as lideranças têm acesso a dispositivos normativos que os permitem controlar as Convenções. Conforme descrito por Guarnieri (2009), as Comissões Provisórias

seriam uma forma das lideranças centralizarem as decisões<sup>12</sup>. Formalmente, as Comissões Provisórias seriam instituídas no momento de formação da legenda. Após o surgimento do partido ele tem o prazo de um ano para conseguir o número de filiados necessários para a realização de Convenções e, dessa forma, eleger os diretórios em pelo menos nove estados. Durante esse período o partido é formado por Comissões Executivas Provisórias em todos os níveis de sua organização. Nesse momento a organização do partido é precária e pouco institucionalizada, sendo que fica a cargo da Comissão Executiva Provisória Nacional, formada por uma parcela distinta de lideranças, as principais decisões, como as regras que irão reger a legenda, bem com a nomeação das demais Comissões provisórias nos estados.

Como são os dirigentes partidários que escolhem os membros das comissões provisórias, são elas também que escolhem os delegados às convenções. Quando as comissões provisórias formam parte significativa dos órgãos partidários esses dirigentes possuem grande controle sobre as convenções, pois controlam parte significativa dos votos (GUARNIERI, 2012 p. 242).

De acordo com a bibliografia apresentada até o momento, os partidos brasileiros possuem mecanismos que os permitem centralizar o processo de decisão em seu interior. Porém conforme descrito na seção 1.2, a opção por descentralizar a tomada de decisão pode favorecer o partido e aumentar suas chances de conquista nas eleições subnacionais. Na seção abaixo, discutimos como cada estatuto partidário permite a intervenção nos seus órgãos dirigentes e a origem de cada partido, variável essa que também incide na autonomia e centralização partidária.

## **2.1 Trajetória e Estatuto dos Partidos Políticos brasileiros**

Dentre os partidos aqui analisados, o PT é o que mais se diferencia em sua origem e organização. A legenda surge a partir de uma ampla gama de atores da sociedade civil como: sindicatos, movimentos sociais rurais e urbanos, organizações católicas, além de uma parte da esquerda e da *intelligentsia* nacional. A novidade está na fundação de um partido criado externamente ao Estado. Seu arcabouço organizacional inicial também é inovador, com uma vida partidária dinâmica, estrutura decisória inclusiva, articulação interna intensa e vínculos sólidos com a sociedade (RIBEIRO, 2010). Ao mesmo tempo em que havia uma estrutura decisória inclusiva, a possibilidade de intervenção do órgão superior sobre outro inferior era

---

<sup>12</sup>O nível mais alto nomeia as comissões provisórias de nível inferior. Dessa forma um processo eleitoral que seria da base ao topo, passa a ser centralizado (do topo para a base)

prerrogativa frequentemente exercida, com as resoluções eleitorais nacionais do partido divulgando de forma detalhada o leque de coligações e o lançamento de candidaturas permitidas (RIBEIRO, 2010).

Logo, diferentemente das outras grandes legendas partidárias, em que o jogo interno era dominado pelas elites regionais, no PT o embate girava em torno da inclusividade e representatividade nas instâncias decisórias, problema resolvido com a introdução do critério de proporcionalidade nos órgãos de direção nacional petista. De acordo com Ribeiro (2013) esse desenho organizacional fez com que “a estrutura decisória petista fosse, ao mesmo tempo, inclusiva e centralizada, com o eixo de poder sendo constituído pelas instâncias partidárias nacionais” (RIBEIRO, 2013 p. 237).

Em 2001 o partido teve seu arcabouço organizacional completamente modificado, com a implementação de um novo estatuto, como abordado na seção anterior. Cabe aqui ressaltar que mesmo com a concentração promovida pelo novo estatuto, delegando maior proeminência as executivas, bem como a centralização de recursos do fundo partidário e a adoção do PED, em nível local, o partido sinalizou para uma descentralização decisória, delegando liberdade as seções subnacionais, no que diz respeito a realização de coligações, resultado tanto da ampliação dos parceiros petista em nível nacional, bem como na concessão de maior autonomia as seções locais à fim de obter maiores ganhos políticos eleitorais. Ressalta-se que esse processo é mais saliente nos municípios, tendo em vista que em âmbito estadual, a estratégia continua condicionada as decisões tomadas pela cúpula nacional.

Em relação ao recorte temporal aqui proposto, o PT homologou quatro alterações estatutárias, aprovadas em, 2007,2013,2015 e 2017 respectivamente. Em relação a centralização e autonomia no que diz respeito ao lançamento e formação de coligações, o estatuto petista demonstra ser mais centralizado. De acordo com suas normas internas cada Encontro correspondente a seu nível de atuação e decide sobre a quantidade de candidaturas proporcionais a serem lançadas pelo partido, porém elas devem acatar a tática eleitoral do partido a nível nacional<sup>13</sup>. Sendo que caso as instâncias a nível subnacional descumpra as diretrizes sobre tática eleitoral lançada pela Executiva Nacional, a cúpula tem o poder de anular as Convenções partidárias estaduais e locais.

“Art. 159. Se a Convenção partidária se opuser, na deliberação sobre coligações as diretrizes legitimamente estabelecidas pelas instâncias superiores do partido, a Comissão Executiva da instância superior correspondente pode anular tais decisões e os atos dela decorrentes”

---

<sup>13</sup> Art. 143 do estatuto do PT



Segundo o estatuto também é passível de punição o candidato que atuar contra as candidaturas partidárias petistas, demonstrando apoio e fazendo campanha para candidatos de outros partidos políticos, salva exceção, caso o partido tenha firmado aliança política com a legenda<sup>14</sup>.

A trajetória do PSDB se diferencia da trilhada pelo Partido dos Trabalhadores. Segundo Roma (2002) o PSDB surgiu em 1988 fruto de uma cisão de uma ala mais progressista do PMDB, que se autodenominavam mais à esquerda. Sendo assim, o partido teve uma origem exclusivamente parlamentar, tendo em sua composição inicial políticos bastante influentes em nível nacional. Devido a sua origem parlamentar, e as estratégias adotadas durante a sua trajetória, formou-se uma estrutura organizacional propícia as ações autônomas das lideranças. Essa autonomia decisória da liderança tornou-se possível devido fundamentalmente, a duas características do seu desenho institucional. A primeira é a ausência de instâncias internas de veto efetivas para a ação da militância. A segunda é o modelo de tomada de decisão. Com relação a esta última, há dois tipos de ação estratégica adotada no interior do partido: uma, de movimento centrífugo, pela qual é dada autonomia de decisão às lideranças locais no caso de estratégias políticas também locais; outra, de movimento centrípeto, pela qual a coordenação de estratégias nacionais é centralizada nas lideranças mais elevadas do partido.

De acordo com Roma (2002) a reforma estatutária de 1999 do PSDB aumentou a autonomia das seções subnacionais do partido. Porém em contrapartida o estatuto garantiu as Executivas Nacionais ditarem as regras para as coligações estaduais, sendo que em nível municipal as alianças deveriam passar pelo crivo das lideranças estaduais. Já em 2008 a reforma estatutária centralizou ainda mais as decisões inerentes as disputas eleitorais, retirando das mãos das seções estaduais as decisões relativas aos municípios com mais de 50000 habitantes. Logo as mudanças estatutárias peessedebistas têm caminhado na promoção de maior centralização das decisões intrapartidárias, as Executivas tucanas têm ganhado poder frente aos seus diretórios, tendo em vista seu caráter mais enxuto (o Diretório Nacional tem cerca de 200 membros), o que torna mais ágil a deliberação, minorando a descentralização decisória da sigla (RIBEIRO, 2013).

Analisando os estatutos aprovados entre 2010 e 2018, no que diz respeito ao lançamento e realização de coligações nos estados, as normas oficiais ditam que é papel da Convenção estadual decidir sobre as alianças político- administrativas, bem como a formalização de coligações com outros partidos, porém estas devem ser realizadas observando as diretrizes dos

---

<sup>14</sup> Art. 171 do Estatuto do PT

órgãos superiores<sup>15</sup>. Assim como no estatuto petista, é permitido a intervenção nos órgãos inferiores, quando estes realizarem coligações ou acordos com partidos que não coadunem com as decisões do nível superior.

Art.137. Os órgãos do partido só intervirão nos hierarquicamente inferiores para: IV- Impedir acordo ou coligação com outros partidos em desacordo com as decisões superiores.

O PMDB também remonta aos partidos criados internamente ao aparato estatal. O partido tem como característica em sua origem uma ampla heterogeneidade, abrigando as elites políticas de oposição ao governo militar. Dessa forma o partido em seu cerne abrigava extrabalhistas, ex pessedistas, comunistas, o que resultou em uma unidade precária por parte da legenda, sendo que o único eixo de uniformidade do partido era a vontade do reestabelecimento da democracia brasileira. Vale ressaltar que essas características ainda somavam-se ao surgimento de um partido tutelado pelo governo central, o que resultou em uma organização voltada a política parlamentar (KINZO, 1988).

Tendo em vista o cenário eleitoral anterior a 1988, instaurada pela Ditadura Militar no Brasil em 1964, erigindo o enfraquecimento do Congresso, e o impedimento da realização de eleição nacionais, coube ao MDB concentrar seu papel de oposição por meio da conquista de poder nos municípios brasileiros, a fim de mobilizar a máquina pública e emergir novas lideranças para a organização (KERBAUY,2000; BIZZARRO, 2013).

Após a volta do regime democrático, o PMDB, conjuntamente com o PDS, tentou arregimentar uma liderança em nível nacional, porém o fracasso do governo Sarney (1986-1989), minou qualquer chance do partido nas próximas eleições, culminando concomitantemente na divisão do partido e nos baixos níveis de disciplina da bancada no Congresso. Dessa forma, os acontecimentos após 1986, acentuaram ainda mais o caráter heterogêneo e localista, o que resultou em um partido com crise de identidades e em disputas entre lideranças estaduais, sem que conseguissem engendrar uma liderança em nível nacional (FERREIRA, 2002; MELO, 2010). De acordo com Ferreira (2002, p.158) “em última análise, havia um vazio de lideranças nacionais capazes de arregimentar o partido nacionalmente e, em contrapartida, uma inflação de lideranças regionais”.

O desenho inicial da estrutura partidária emedebista, justifica o caráter descentralizado da sigla partidária. Sendo que dentre os partidos analisados foi o que menos apresentou modificações na sua estrutura organizacional. Segundo Ribeiro (2013) as reformas estatutárias

---

<sup>15</sup> Art. 77 do estatuto do PSDB

de 1993 resultaram na ampliação dos poderes decisórios dos Diretórios Nacional, frente as Executivas, processo contrário ao observado no PSDB. Bem como, institucionalizou a descentralização da sigla ao ampliar e adotar critérios regionais para a composição do DN e do Conselho Nacional.

De acordo com os estatutos aprovados durante o recorte aqui proposto, é assegurado a intervenção nos órgãos inferiores tanto para impedir a realização de acordos eleitorais com legendas não balizadas pelas lideranças superiores, bem como, para a garantia de do desempenho político- eleitoral do partido<sup>16</sup>. Porém o estatuto permite que as convenções estaduais adaptem as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional<sup>17</sup>, em relação as coligações, ao contexto de cada estado.

O PSB é um dos partidos mais antigos do sistema partidário brasileiro, seu nascimento data de 1945. Suas aspirações à época eram unir um grupo de esquerda democrática, que se diferenciava da esquerda stalinista, presente no PC do B, e do liberalismo das demais legendas. Com a implementação da Ditadura militar no Brasil, o PSB é extinto, e refundado apenas em 2 de julho de 1945. Desde a sua refundação, o partido teve 4 estatutos aprovados. Já em 1996 constava nas normas do partido a possibilidade de intervenção das cúpulas superiores. De acordo com o documento, dentre as justificativas presentes para a intervenção nos órgãos inferiores, estava a manutenção de acordos que não contrariassem os princípios partidários e a participação em governos que destoassem das diretrizes partidárias. De acordo com o Art. 73<sup>a</sup> a decisão de intervenção estava sujeita a aceitação 60% dos membros partidários.

A partir do estatuto aprovado em 2008, o partido passa a não exigir aceitação por parte dos membros para realizar intervenção nos órgãos partidários. Além disso, a legenda adiciona que as Comissões Provisórias devem ser avaliadas periodicamente e a qualquer momento as cúpulas hierarquicamente superiores podem dissolvê-las caso julguem seu desempenho insatisfatório.

Segundo Ribeiro (2014) O PFL/ DEM desde a sua fundação estruturou-se como um partido organizado de cima para baixo e de origem interna, no qual a cúpula manteve elevado grau de controle sobre as instâncias regionais da legenda. Seu surgimento ocorreu por meio do dissenso de um grupo do PDS, formada majoritariamente por quadros partidários da região Nordeste. Por trás do rompimento estava o descontentamento de uma ala do PDS com a possível candidatura do então deputado Paulo Maluf a presidência. Contrariados com a possível

---

<sup>16</sup> Art. 60 do estatuto do PMDB.

<sup>17</sup> Órgão intermediário entre a Executiva Nacional e o Diretório Nacional.

candidatura e descrentes que outro nome pudesse surgir no interior do partido, o grupo insatisfeito formou a Frente Liberal e partiu para apoio a Tancredo Neves, candidato do PMDB (TAROUCO, 2002). Surge dessa forma o Partido da Frente Liberal em janeiro de 1985, que já contava em seu quadro partidário com 5 governadores, 14 senadores e 77 deputados federais.

Em relação as suas regras internas formais, segundo Tarouco (2002) em Convenção realizada em 1999 o PFL/DEM reformulou sua organização interna de maneira que chegou a uma estrutura que as Comissões Executivas, notadamente a nacional, são o centro de onde partem as diretrizes para a atuação das bancadas parlamentares e para onde convergem o apoio e a cooperação dos demais órgãos. Segundo a autora o estatuto do partido foi no sentido de dar maiores prerrogativas as lideranças nacionais intervirem nas cúpulas estaduais do partido. Cabia a Executiva nacional decidir sobre a destinação de recursos do fundo partidário, e sobre as normas para coligações nacionais, estaduais e locais.

Em 2007 com a refundação do partido, e a mudanças de nome, a legenda caminhou para um processo de maior centralização ainda, transformando o Conselho Consultivo Nacional, antigo órgão de apoio da direção, em Conselho Político Nacional (CPN). Enquanto o antigo órgão de apoio possuía uma composição federalizada (faziam parte os 27 presidentes dos diretórios estaduais), o CPN tinha uma composição mais enxuta<sup>18</sup>, com critérios de senioridade e proeminência política, conjuntamente com a diminuição da composição do órgãos, suas prerrogativas foram ampliadas, deixando a cargo da CPN decisões como a escolha de candidatos presidenciais, aprovação de planos de governo, reforma do estatuto ou de programas político- partidários, bem como, deliberar sobre coligações em nível nacional e estaduais. À vista do fortalecimento do órgão em detrimento da CEN, na Convenção Nacional realizada em dezembro de 2010, o órgão perdeu seu potencial deliberativo, porém ainda assim, não continuou sendo um órgão decisório importante no partido (RIBEIRO, 2013).

Para o recorte ao qual a dissertação se propõe analisar, o PFL/DEM teve dois estatutos aprovados, um aprovado em 2007, e um estatuto aprovado em 2018, em relação a autonomia e centralização concedida aos órgãos não houve modificação. No tocante a coligação o estatuto PFL/ DEM atribui a Executiva nacional a prerrogativa de determinar a cada eleição as normas a serem seguidas, tanto em nível nacional, como estadual e local. De acordo com o estatuto também é papel da CPN recomendar as alianças nos estados, consoante com o Art. 115:

---

<sup>18</sup> Eram integrantes do CPN: o presidente e os ex- presidentes nacionais do partido, os dois líderes no Congresso, os governadores e prefeitos de capitais, e até seis membros escolhidos na Convenção nacional entre ex-ocupantes dos cargos de governador, ministro, liderança das bancadas no Congresso e prefeitos das capitais.

A Comissão Executiva Nacional, a cada eleição, por Resolução publicada no Diário Oficial da União em prazo antecedente às Convenções, estabelecerá diretrizes gerais e normas complementares para formação e celebração de coligações e alianças partidárias Municipais, Estadual e Nacional, segundo orientação do Conselho Político

Em relação a possibilidade de intervenção dos órgãos superiores aos inferiores, esta é justificada para garantia do desempenho político partidário nas eleições<sup>19</sup>, bem como o órgão que impeça o progresso do partido.

Tendo em vista a discussão feita até o momento, o quadro abaixo resume o quão descentralizado ou centralizado é o partido político, de acordo com seu estatuto e a regras formais que regem sobre intervenção e formação de coligação.

Quadro 3: Centralização e autonomia

	PFL/ DEM	PSDB	PMDB	PT	PSB
Estratégias eleitorais (coligações, lançamentos de candidaturas)	Descentralização: Autonomia a estados e municípios; nos últimos anos, cúpula nacional tem interferido mais.	Descentralização: Autonomia a estados e municípios; últimos anos, cúpula nacional tem interferido mais	Forte descentralização: autonomia a estados e municípios	Centralização diminuiu nos últimos anos: maior autonomia principalmente às seções locais	Centralização aumentou nos últimos anos.

Fonte: elaboração própria a partir de Ribeiro (2013).

Logo, de acordo com as resoluções seria esperado que PT e PSB, PSDB e DEM tivessem maior controle sobre o lançamento de candidaturas, tendo em vista maior centralização do poder nas mãos das lideranças nacionais. O PSDB e DEM, foi inserido nesse primeiro grupo tendo em vista o aumento do controle nos últimos anos pela suas cúpulas nacionais. Já PMDB teria suas cúpulas partidárias estaduais menos sujeitas a serem controladas pelas suas cúpulas nacionais, tendo em vista o caráter mais descentralizado as sua estrutura partidária.

<sup>19</sup> Art. 100 do Estatuto do Democratas

### 3. ANÁLISE DOS DADOS

A partir da análise teórica abordada nos capítulos anteriores o objetivo dessa seção é observar a estratégia dos partidos brasileiros nas eleições nacionais em relação à concessão de maior ou menor autonomia para as cúpulas dirigentes estaduais. A hipótese é que o lançamento de candidatura presidencial exerce influência no grau de centralização concedida às unidades subnacionais das legendas. Sendo assim as legendas que lançam candidatos à presidência tem como estratégia a *presidencialização*, que decorre em uma maior integração vertical no partido.

A hipótese é baseada nas pesquisas de Borges (2015) que observa o impacto da eleição presidencial sobre as demais disputas, como para deputado federal, governador e senador, por meio do efeito *coattail*, tendo em vista que há a necessidade de mobilizar um eleitorado nacional e dessa forma coordenar os esforços do partido. Dessa forma a disputa à presidência faz com que os partidos tenham que vincular suas decisões em âmbito estadual às estratégias traçadas pelo partido a nível nacional, tendo em vista que uma vez que o partido decida participar da corrida presidencial, essa se torna a mais custosa (MELO, 2010).

Outra alternativa disponível para os partidos é concentrar seus esforços nas eleições estaduais. Os partidos que não podem apresentar uma candidatura presidencial viável, conseguem mobilizar eleitores por meio da disputa aos cargos majoritários estaduais, concentrando-se dessa forma às especificidades de cada estado, o que incorre em uma estratégia de *provincialização*. Diferentemente da *presidencialização*, a *provincialização*, incorre em estratégias incongruentes entre o nível nacional e estadual, delegando maior autonomia aos níveis subnacionais dos partidos.

De acordo com a bibliografia espera-se que PT e PSDB apresentem uma estratégia de *presidencialização*, conferindo menor autonomia as unidades subnacionais do partido. Diferentemente das demais legendas que concederiam maior autonomia às cúpulas estaduais tendo em vista a não participação da corrida presidencial.

Para tanto, nesta seção será apresentada a análise dos dados. Em primeiro momento a dissertação se debruça a analisar as resoluções eleitorais dos partidos políticos aqui analisados, a saber, PT, PSDB, PMDB, DEM e PSB, avaliando quanto de autonomia é delegada as instâncias subnacionais no que diz respeito à liberdade de escolha de candidatos e coligações nos estados brasileiros, analisando as eleições nacionais transcorridas em 2010, 2014 e 2018.

A partir das regras estatutárias analisadas no capítulo anterior, bem como, das resoluções eleitorais, o segundo passo do capítulo é cruzar as diretrizes do partido com o

mapeamento das decisões tomadas pela liderança nacional, principalmente nos momentos em que houve divergência entre as diretrizes da cúpula nacional dos partidos e a vontade da Executiva Estadual. O mapeamento será realizado por meio das notícias veiculadas nos jornais e nos sites das próprias legendas, em que constam entrevistas das lideranças partidárias e decisões tomadas a “portas fechadas”.

Em um terceiro momento a dissertação busca cruzar esses dados documentais com as intervenções realizadas nas cúpulas estaduais, buscando observar se os impasses eleitorais foram resolvidos por meio do mecanismo de intervenção disposto às lideranças nacionais.

Para tanto foram obtidos os documentos oficiais dos partidos, bem como as notícias veiculadas no jornal. E posteriormente foram construídos bancos de dados com as candidaturas e coligações nos estados brasileiros em que os partidos aqui analisados (PT, PSDB, PMDB, DEM e PSB) lançaram candidaturas, bem como, um banco de dados com as intervenções realizadas nas cúpulas estaduais, dados esse encontrados através dos jornais.

### 3.1 RESOLUÇÕES

De acordo com nossa hipótese o lançamento de candidaturas presidenciais corrobora para a adoção de uma estratégia de *presidencialização*, fazendo com que a cúpula nacional centralize o processo de lançamento de candidaturas para Governador, buscando apoio em nível nacional. Da mesma forma, a simultaneidade das eleições federais e estaduais faz com que o nível federal tenha uma interpelação maior na política estadual, tendo o nível central maior controle sobre o lançamento de candidaturas em nível estadual (GUARNIERI, 2004). Porém na ausência de um candidato presidencial competitivo, os partidos podem ter por escolha maximizar seu desempenho a partir do lançamento de candidaturas em um grande número de estados (BORGES; ALBALA E BURTNIK, 2017). Para testar tal hipótese serão analisadas as resoluções eleitorais dos partidos, observando se de fato, o lançamento de candidatura presidencial induz as legendas uma estratégia de *presidencialização*, e dessa forma a conceder menor autonomia aos órgãos subnacionais, e se ao contrário, partidos que se retiram da competição presidencial, optam por dar maior autonomia aos seus órgãos subnacionais.

Tanto o PT, quanto o PSDB são partidos que tem na concorrência pelo executivo nacional como principal disputa. Ambos os partidos participam da corrida presidencial, o que poderia levá-los a centralizar as decisões na cúpula nacional com o intuito de conseguir o apoio

do maior número de partidos, o que reflete, por exemplo, em maior tempo no rádio e televisão, fazendo com que seja necessário que os partidos realizem barganhas políticas, podendo deixar de lançar um candidato competitivo a fim de conseguir o apoio de outros partidos.

As resoluções partidárias são bastante parecidas em relação aos instrumentos de sujeição das Executivas Estaduais em matéria eleitoral. O quadro abaixo resume os recursos presente em cada resolução:

Quadro 4: Resoluções PT e PSDB de 2010 a 2018

Resolução	PT	PSDB
Aprovação da CEN	A composição das chapas (eleições majoritárias e proporcionais), bem como a celebração de coligações depende da formalização destas pela CEN	A composição das chapas (eleições majoritárias e proporcionais), bem como a celebração de coligações depende da formalização destas pela CEN
Intervenção nas decisões estaduais	A CEN a qualquer momento pode intervir nas decisões estaduais referentes a candidatura e coligação.	A CEN a qualquer momento pode orientar e intervir nas decisões estaduais referentes a candidatura e coligação.
Análise de conjuntura para lançamento de candidaturas	Justificativa por parte da CEE das alianças e lançamento de candidatos	Justificativa por parte da CEE das alianças e lançamento de candidatos
Anulação das decisões da CEE	A Convenção estadual que contrariar os critérios da CEN é anulada e sofrerá intervenção por parte da CEN	A convenção estadual que contrariar os critérios da CEN é anulada e sofrerá intervenção por parte da CEN

Fonte: Elaboração própria a partir dos estatutos do PT e PSDB

Ambas as resoluções colocam como prioridade a eleição presidencial. Porém em 2010 a resolução petista foi ainda mais assertiva, recomendando a não realização de prévias para os cargos majoritários. Segundo o documento, mesmo considerando as convenções estaduais espaços democráticos e legítimos para o debate sobre candidaturas em nível estadual, o contexto político daquele ano, com o lançamento da candidatura de Dilma Rousseff, seria “inconvenientes e politicamente inoportunas”.

Por trás de tal decisão havia um racha entre os interesses da cúpula estadual maranhense e os interesses da Comissão Executiva nacional. Em Convenção estadual o PT- Maranhão havia decidido apoiar a candidatura do candidato do PC do B Flávio Dino para governador do Maranhão, porém tal decisão divergia da orientação da Comissão Executiva Nacional, que via



uma aliança com o PMDB essencial para a disputa presidencial. O episódio resultou na intervenção nacional nas decisões do diretório estadual e o restabelecimento da linha hierárquica do partido<sup>20</sup>.

Já em 2014 em Resolução aprovada em Junho, a cúpula nacional petista foi ainda mais enfática, divulgando em documento as decisões que cada estado chave deveria tomar para não divergirem dos interesses da Cúpula nacional. No documento constava a prioridade em candidaturas competitivas, distribuindo maior tempo de TV. Na mesma resolução proibia a indicação de senador por parte da executiva estadual amazona, bem como o apoio por parte dos outros estados a coligação com PSB, PSD e PMDB.

Já no PSDB as resoluções são menos pontuais. Os documentos são bastante similares as regras contidas nos estatutos. O PSDB também subordina o lançamento de candidaturas e a adoção de coligações a apreciação da CEN. Sendo que a qualquer momento ela tem o poder de intervir, tanto na escolha de candidatos, quanto na celebração das coligações. Da mesma forma, cabe a executiva estadual encaminhar uma análise de conjuntura política do estado e das possíveis alianças eleitorais, tanto na formalização de coligações, quanto dos potenciais candidatos para que a CEN possa avaliá-las. Sendo que a distribuição do Fundo Eleitoral de Campanha deve resguardar essas prioridades, dando preferência as candidaturas competitivas.

O texto também estabelece punição para o órgão estadual que descumprir as diretrizes propostas nas resoluções, segundo o documento:

Art. 9º. A Convenção Estadual que contrariar as diretrizes estabelecidas pela Comissão Executiva Nacional será anulada, assim como todos os atos dela decorrentes, em ato do seu Presidente que, também decretará a intervenção no órgão estadual e consequente nomeação da comissão interventora.

Em relação ao PMDB, DEM e PSB esses partidos não têm como tradição a participação nas disputas presidenciais, porém DEM, PSB e PMDB apoiam formalmente os candidatos a presidente do PSDB e PT respectivamente.

#### Quadro 5: Resolução DEM, PSB, PMDB de 2010 a 2018

---

<sup>20</sup> Estadão online “Dilma e Lula selam apoio do PT a Sarney”. Acessado em 2019

Resolução	DEM	PSB	PMDB
Aprovação da CEN	Apenas a resolução de 2018 deixa vedada a aprovação da CEN da coligação, caso seja feita com o PT.	A composição das chapas (eleições majoritárias e proporcionais), bem como a celebração de coligações estaduais depende da formalização destas pela CEN.	Não apresenta
Intervenção nas decisões estaduais	A CEN intervirá nas decisões estaduais quando o candidato a governador for filiado ao PT.	A CEN a qualquer momento pode orientar e intervir.	Apontam alguns estados em que o partido deverá apresentar candidatura própria, passível de intervenção caso não seja seguida
Análise de conjuntura para lançamento de candidaturas	Não apresenta	Não apresenta	Não apresenta
Anulação das decisões da CEE	A convenção estadual que contrariar os critérios da CEN é anulada e sofrerá intervenção por parte da CEN	Caso as coligações sejam realizadas fora do arco ideológico, a saber, PDT, PT, PC do B, PSOL, REDE, PPS, e PV, a CEN pode anular as decisões da CEE.	A CEN pode anular a deliberação da CEE quando julgar necessária

Elaboração própria a partir dos estatutos do DEM, PSB e PMDB

Nas eleições de 2010 o PT recebe o apoio formal do PMDB e do PSB, as resoluções de ambos os partidos não apontam como estratégia a subordinação as eleições presidenciais e não trazem informações mais assertivas acerca do lançamento de candidaturas no estado. De acordo com o documento apresentado pelo PMDB, o lançamento de candidaturas, bem como de coligações independem da sinalização do PT, no sentido que em momento algum o partido aponta a realização de coligações com a legenda. Apenas sinaliza que “nos estados em que o partido apresentar candidaturas próprias, a decisão sobre coligações será das Convenções partidárias ou das Comissões Provisórias e Interventoras” (Resolução eleitoral, 2010).

O PSB já apresenta como parceiro preferencial a realização de coligações com o PT e os demais partidos que fazem parte do arco ideológico, ou seja, as alianças realizadas nos estados devem ser desenhadas a partir de critérios ideológicos, com partidos de esquerda e centro- esquerda.

O DEM parceiro tradicional peessedebista tem como única prerrogativa a não realização de coligação com o PT, segundo consta em sua resolução “Art. 1º fica vedada a formalização de coligação para a eleição majoritária estadual quando o candidato a governador for filiado ao partido dos trabalhadores” (Resolução eleitoral, 2010).

A resolução eleitoral do Democratas em 2014 não apresenta muitas modificações da apresentada em 2010. A única mudança diz respeito ao fato de não vedarem formalmente a coligação com parceiros petistas. Segundo o documento, em seu Art. 1º “os órgãos partidários estaduais tem autonomia para decidir sobre o regime e a participação em coligações majoritárias e proporcionais visando as Eleições de 2014 no âmbito de sua circunscrição”. Sendo assim, a coalizão dominante nacional, delegou aos estados ampla autonomia em relação às decisões eleitorais.

Assim como as resoluções eleitorais do DEM, a estratégia eleitoral do PMDB não se modificou em 2014. Sua resolução é bastante semelhante à apresentada em 2010, sinalizando autonomia dos estados na realização de suas coligações, quando os órgãos Estaduais optarem pelo lançamento de candidatura própria e apontando a possibilidade da CEN intervir nos estados, caso seja necessário para a manutenção da unidade partidária.

Em 2018 o DEM em sua resolução eleitoral volta a apontar o PT como um parceiro a ser evitado, mas apresenta como inovação, a não proibição de alianças com o partido, mas sim, seu condicionamento à homologação por parte da CEN. A resolução pemedebista, também concede autonomia a seus órgãos estaduais, porém em 2018 se mostra mais pontual, ao apontar a obrigação dos órgãos estaduais de lançarem candidaturas em Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Roraima, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco e Santa Catarina, ficando a cargo das Convenções partidárias de cada estado a escolha sobre os candidatos, bem como, da coligação a ser formada. Diferentemente do que se supunha o PMDB não cita em sua resolução a candidatura de Henrique Meirelles a presidência, e nem a coloca como prioridade em relação às demais disputas.

Os documentos oficiais dos partidos sugerem que a estratégia de PMDB, PSB e DEM, mesmo tendo como escolha o apoio formal a um candidato presidencial, é não subordinar sua estratégia eleitoral à corrida presidencial. Sendo assim, esses partidos podem ter optado por uma estratégia de *provincialização* pura, ou de *provincialização nacional*.

### 3.2 MAPEAMENTOS DAS DECISÕES

Conforme demonstrado na subseção anterior os documentos partidários dão alguns indícios das decisões tomadas dentro dos partidos, mas por vezes são vagas, não demonstrando as reais tensões existentes internamente no partido em ambientes complexos, como o caso brasileiro. Afim de produzir um cenário mais real do dia-a-dia partidário e das negociações realizadas entre os partidos essa subseção tem o intuito de observar as notícias veiculadas, bem como as entrevistas com lideranças partidárias à época.

Na eleição transcorrida em 2010 o PSDB desponta em primeiro lugar em número de candidaturas lançadas para governadores nos estados, com 10 candidaturas. Em segundo lugar o PMDB, com candidaturas próprias lançadas em 13 estados, o que pode sinalizar para uma estratégia de *provincialização nacional*, buscando sua expansão nacional por meio do lançamento de candidaturas no maior número possível de estados. Em terceiro lugar está o PT com 10 candidatos disputando os governos estaduais. O PSB desponta como o quarto em relação ao número de candidaturas para governador, com oito candidaturas apresentadas. Já o DEM é o último colocado, lançando candidatos próprios para governador em apenas 4 estados.

O cenário eleitoral de 2010 repete a clivagem presente até 2014 no quadro partidário brasileiro. PT e PSDB despontam como os grandes protagonistas da disputa presidencial, apresentando os candidatos mais competitivos da corrida. Porém anterior a esse desenho, o impasse existente era o lançamento ou não de candidatura presidencial por parte do PSB. O então deputado Ciro Gomes expressava forte desejo de se candidatar ao cargo de presidente, contrariando dessa forma a vontade da Executiva Nacional peesebista.

Já em 2009 começam as primeiras negociações com PT e PSDB barganhando apoio em nível estadual da legenda, com o intuito de retirar a concorrência de outra candidatura competitiva em nível nacional.

Segundo as lideranças nacionais petistas e peessedebistas, caso o PSB mantivesse a vontade de uma candidatura própria em nível estadual, o apoio nos estados seria inviável, tendo em vista a construção de palanques nos estados, a fim de sustentar a candidatura presidencial. Em jogo estava o apoio do PSDB nas candidaturas peesebistas em quatro estados, a saber: Paraíba, Alagoas, Paraná e no Amazonas. Já em relação ao PT, as coligações em Pernambuco, Ceará, e no Rio Grande do Norte, estariam ameaçadas.

Sendo assim, após Convenção realizada em 14 de Junho de 2010 a cúpula Nacional do partido optou por apoiar a candidatura petista à presidência, após consulta aos diretórios estaduais. Segundo o líder nacional do PSB à época, Eduardo Campos:

“Tivemos 20 estados que decidiram por não ter candidatura e apenas sete estados decidiram ter candidatura”.

De acordo com Campos a prioridade da legenda seria de aumentar o crescimento a sigla nos estados e no Congresso<sup>21</sup>.

O PMDB também sinaliza apoio à candidata petista Dilma, a decisão passou principalmente pela reeleição de Michel Temer a presidência nacional do partido, maior apoiador da continuação da aliança PT/ PMDB no nível nacional. O apoio à candidatura petista não ocorreu de maneira unânime dentro do partido, lideranças de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, e São Paulo, defendiam o apoio a José Serra nas eleições nacionais. Porém a entrega da vice- presidência ao PMDB consagrou a aliança entre peemedebista e petistas.

Já o DEM formalizou seu apoio à candidatura tucana em Fevereiro de 2010. Parceiros políticos há tempos, a aliança firmada com o PSDB girava em torno do apoio à candidatura do DEM na Bahia, bem como de uma reaproximação do DEM com o PSDB- RS após desentendimentos da governadora tucana Yeda Crusius com o seu vice-governador Paulo Feijó (DEM).

Em relação à coordenação eleitoral por parte das siglas aqui analisadas, o PT só lançou candidatura concorrente ao PSB nos estados, ao cargo de governador, apenas em São Paulo. Nas demais regiões não houve embate entre as siglas, o que demonstra a capacidade das lideranças partidárias de coordenarem as disputas, lançando e retirando candidatos de acordo com as estratégias nacionais. Já o PMDB, parceiro petista em nível nacional, apresentou um número maior de candidaturas concomitantes às lançadas pelo PT. Em cinco estados as siglas concorreram entre elas, o que corresponde a cerca de metade das candidaturas lançadas pela sigla petista nos estados. Já o PSDB e o DEM, também coordenaram suas estratégias não lançando candidaturas concorrentes em nenhum estado

O quadro abaixo resume como ficaram as candidaturas aos governos estaduais em 2010.

---

<sup>21</sup> Folha online “Candidatura Ciro ameaça alianças estaduais”. Acessado em 2019.

Quadro 6: Lançamento de candidaturas na eleição 2010

Eleição 2010	
Partidos	Estados em que lançaram candidaturas para governador
PT	Rondônia, Acre, Pará, Sergipe, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal
PSDB	Acre, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Piauí, Ceará, Alagoas, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás
PSB	Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso
DEM	Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Santa Catarina
PMDB	Rondônia, Pará, Tocantins, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Quadro 7: Coligações para as eleições majoritárias estaduais em 2010

Cabeça de Chapa	Quantidade de coligações realizadas				
	PT	PSDB	PMDB	PSB	DEM
PT		0	2	8	0
PSDB	0		4	3	13
PMDB	7	2		3	4
PSB	6	1	2		1
DEM	0	4	1	0	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Conforme a tabela demonstra, das dez candidaturas em que o PT foi cabeça de chapa, em apenas duas o PSB não fazia parte da coligação, sendo ela em São Paulo, onde o partido optou por uma candidatura própria, e no Mato Grosso do Sul, em que a legenda preferiu apoiar a candidatura peemedebista. Em São Paulo o PT ensaiou apoio à candidatura do PSB, já que Lula tentou articular uma possível candidatura de Ciro Gomes ao governo paulista. Após ruir tal tentativa o diretório de São Paulo do PT sinalizou para uma candidatura própria, negociada internamente pelo ex-presidente Lula. Assim o PT em São Paulo lançou Aloizio Mercadante. Cabe ressaltar que mesmo lançando candidatura própria em São Paulo, a presidente Dilma Rousseff sinalizou apoio a ambos os candidatos, segundo a mesma, ela possuía dois palanques em São Paulo.

O PMDB demonstrou um arco de alianças mais eclético, mesmo fazendo parte do apoio a Dilma em nível nacional. Em apenas duas das dez candidaturas em que o PT foi cabeça de

chapa, coligou com o partido, a saber, Sergipe e Distrito Federal. O que demonstra a flexibilização por parte das Executivas estaduais na escolha dos parceiros eleitorais nos estados. No PMDB a falta de consenso nas eleições de 2010 girou em torno da cúpula estadual de Santa Catarina. A sigla no estado havia decidido pela candidatura de Eduardo Pinho Moreira para a disputa do governo do estado. Porém o candidato desistiu da disputa pelo cargo em favor do apoio da sigla ao candidato demista Raimundo Colombo. A atitude desagradou o diretório nacional, que havia firmado acordo com o PT em plano nacional. Porém as lideranças decidiram pela não intervenção na cúpula, tendo em vistas as eleições internas do partido, sendo assim em Santa Catarina o partido manteve sua aliança com o DEM<sup>22</sup>.

O PSDB em nível nacional contou com o apoio do DEM para a candidatura de José Serra. Segundo os dados demonstram esse apoio foi replicado nos estados, sendo que das 15 candidaturas lançadas pelo partido nos estados, em 13 o DEM participou da coligação. Os estados em que a sigla não acompanhou o candidato tucano foram Amapá e Rio Grande do Sul. Como dito anteriormente no Rio Grande do Sul, o PSDB rachou com o DEM, o que fez com que o partido retirasse apoio à candidatura tucana. Porém a executiva gaúcha retirou-se da disputa, não lançando candidato e não apoiando formalmente nenhum dos outros candidatos.

O PSB sinalizou apoio formal a candidata Dilma, e segundo os dados demonstram decidiu por verticalizar a estratégia eleitoral, recebendo o apoio petista em 6 das oito candidaturas lançadas para governador. A Paraíba foi o único estado em que a coligação eleitoral firmada pelo partido, fugiu do arco ideológico e das posições assumidas em nível federal. O apoio arregimentado da executiva estadual com o PSDB- PB, veio após as lideranças nacionais do PT priorizarem acordo com o PMDB no estado.

Antes da decisão por parte da executiva estadual petista em apoiar o candidato peemedebista José Maranhão, uma ala importante do partido defendia a aliança com o PSB, realizando coligação com a candidatura de Ricardo Coutinho, porém a necessidade de apoio do PMDB em nível nacional resultou no apoio formal do partido aos peesebistas, acatada prontamente pela executiva estadual petista<sup>23</sup>.

O PSDB paraibano também ensaiou o lançamento de candidatura no estado, defendida principalmente pelo senador Cícero Lucena (PSDB- PB), porém no interior da executiva estadual, o lançamento de candidatura própria era rechaçado tendo em vista tanto o cenário

---

<sup>22</sup> Estadão “Temer ameaça intervir no PMDB de Santa Catarina”. Acessado em 2019.

<sup>23</sup>Pbagora “Berzoini quer freio na discussão de 2010 dentro do PT da Paraíba”. Acessado em 2019.

Pbagora “jeová condiciona apoio ao PMDB só estará com partido em 2010 se sigla apoiar Dilma a presidência”. Acessado em 2019

nacional, e também os acontecimentos recentes, já que o ex-governador tucano da Paraíba havia tido seu mandato cassado. Assim a Direção Nacional do partido permitiu a coligação com o PSB à fim de que o partido não fizesse palanque à candidata petista<sup>24</sup>.

Em 2014, a disputa presidencial se modifica, ao ter mais um partido de destaque na concorrência a cadeira presidencial. Não só PT e PSDB entram na disputa, mas o PSB apresenta a candidatura de Eduardo Campos, que ao falecer durante a campanha, é substituído por Marina Silva. O PSDB continua tendo o apoio tradicional do DEM, porém o PT perde o apoio peessebista, e passa a contar apenas com o apoio do PMDB (considerando apenas os partidos aqui estudados).

Em relação ao lançamento de candidaturas, o PMDB em 2014 assegura o primeiro lugar, com candidaturas para governadores em 18 unidades da federação. Em segundo lugar está o PT com 16 candidaturas (seis a mais que as anunciadas em 2010) em terceiro o PSDB (12) e posteriormente o PSB com 11 candidaturas (três a mais que as lançadas em 2010). DEM segue sendo o partido com menor número de candidaturas.

Com a entrada de um novo concorrente na corrida presidencial, o cenário estadual também é modificado. O PT passa a ter maior número de estados em que compete com candidatos peessebistas. Das 11 candidaturas lançadas pela sigla, em 7 foi lançada de forma simultânea a candidatos petista, o que demonstra que com o lançamento de um candidato presidencial pela sigla, a disputa nos estados foi modificada tendo em vista a necessidade de palanques estaduais pela legenda. Em relação ao PMDB a lógica não foi modificada, legenda continuou com um grande número de candidatos nos estados, e em 9 deles foram disputados com candidatos petistas. Assim como DEM e PSDB, que coordenaram suas estratégias e não se enfrentaram nas disputas majoritárias estaduais.

---

<sup>24</sup>Jornal da Paraíba “aliança de Cássio a Ricardo recebe o apoio dos principais líderes do PSDB”. Acessado em 2019.

Jornal da Paraíba “Cícero diz que retiraria candidatura em 2010 para apoiar Cássio”. Acessado em 2019.



Quadro 8: Lançamento de candidaturas eleição 2014

Eleições 2014	
Partidos	Estados em que lançaram candidaturas para governador
PT	Rondônia, Acre, Roraima, Piauí, Ceará Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal
PSDB	Rondônia, Acre, Pará, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal
PSB	Amazonas, Roraima, Amapá, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal
DEM	Acre, Bahia
PMDB	Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do TSE

Em relação ao arco de alianças firmadas nas eleições para governadores em 2014, o quadro abaixo busca resumi-lo:

Quadro 9: Coligação para eleição majoritária estadual na eleição de 2014

Cabeça de Chapa	Quantidade de coligações realizadas				
	PT	PSDB	PMDB	PSB	DEM
PT		0	2	8	0
PSDB	0		4	3	13
PMDB	7	2		3	4
PSB	6	1	3		1
DEM	0	4	1	1	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Conforme a tabela demonstra, as alianças petistas nos estados foram realizadas majoritariamente com PMDB e PSB. Das 16 candidaturas, em metade delas o partido contava com apoio peessebista, número bem maior do que as alianças firmadas com PMDB. Segundo a Executiva Nacional petista, "Respeitada à autonomia e a disputa interna a respeito do processo de escolha das pré-candidaturas majoritárias e da discussão sobre alianças eleitorais estaduais, a chapa final com a definição sobre coligações, em cada estado, somente poderá ser registrada perante a Justiça Eleitoral após a devida aprovação pela direção nacional". A perda de apoio do PSB em nível nacional resultou em resistência por parte dos Diretórios Estaduais do Acre,

Amapá, Espírito Santo e Sergipe, que viam como importante a manutenção da coligação nesses estados.

Dentre os estados resistentes o Acre preservou o acordo político entre PT e PSB, defendido pela candidata a vice- presidente pelo PSB Marina Silva. No Amapá a aliança entre PT e PSB também foi mantida, porém o acordo firmado entre as legendas para apoiar a reeleição de Camilo Capiberibe foi condicionado na promessa de que o candidato não se manifestaria a respeito das candidaturas à Presidência da República<sup>25</sup>

Já no Espírito Santo, importante colégio eleitoral, a aliança não se sustentou. O PT optou pelo lançamento de candidatura própria, à fim de isolar o candidato pessebista no estado. No Sergipe a cúpula petista optou por afastar-se do PSB, e direcionar seu apoio ao candidato peemedebista, em contra partida ao apoio de lançamento de senador por parte da legenda.

Já dentro do PSB o lançamento de candidatura própria para presidência modificou a estrutura de apoio engendrada no partido há anos. Com o intuito de participar da corrida presidencial o partido teve que adotar uma estratégia mais verticalizada, intervindo de maneira mais efetiva nas unidades subnacionais. A decisão de se aventurar na corrida presidencial, não foi unânime dentro do partido, demonstrada pela cautela do vice- presidente do partido, ao manifestar que uma candidatura própria poderia impactar na reeleição de alguns governadores.

Começa a partir de então um amplo processo de negociação de Eduardo Campos, presidente nacional do partido à época, para engendrar apoio dos Diretórios Estaduais para sua candidatura, sendo que três estados demonstram resistência a adesão de candidatura própria pelo partido, são eles, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará. Motivados pelas manifestações de Junho e a queda de popularidade da presidente Dilma Rousseff, o partido entende que é o momento de apresentar uma candidatura própria e lança o nome de Eduardo, conjuntamente com o de Marina Silva, recém filiada ao PSB.

Resolvido o impasse sobre o lançamento de candidatura, o partido passa a projetar sua tática eleitoral. O novo dilema que surge no partido é a necessidade de construção de palanques no estado a fim de oferecer suporte a candidatura presidencial. A primeira dificuldade de coordenação surge com a recusa por parte da REDE, a principal legenda de apoio à candidatura de Eduardo Campos, com a costura de acordos com o PSDB em nível estadual.

No pano de fundo da discussão estava o lançamento de candidatura própria em Minas Gerais, tendo em vista a longa tradição de apoio mútuo entre as legendas no estado. O acordo

---

<sup>25</sup>O tempo “Campos empareda alas do PSB que insistem em apoiar candidatura da presidente Dilma”. Acessado em 2019

Brasil247 “apoio de marina ao PT no acre contradiz PSB”. Acessado em 2019

entre os partidos girava em torno do apoio do PSB em Minas Gerais, em contrapartida a legenda recebia apoio em Pernambuco. Mesmo com o Diretório Estadual da sigla manifestando preferência pela continuidade do acordo PSDB/ PSB no estado, a Executiva Nacional do partido entrou em campo, a fim de convencer o deputado federal Júlio Delgado a concorrer à vaga, o que de fato aconteceu<sup>26</sup>.

A novidade do DEM nas eleições de 2014 foi ter ampliado seu leque de apoio ao PSB. Segundo Rodrigo Maia, presidente nacional do partido à época, a única aliança irrealizável para o partido é com o PT, nas palavras do deputado: “Haverá na próxima eleição a perspectiva de novas alianças em torno de partidos que, se não são inimigos, também não são adversários irreconciliáveis”<sup>27</sup>.

Em 2018 o cenário é modificado novamente. A grave recessão experimentada pelo Brasil em 2014 e 2016, conjuntamente com os resultados da Operação Lava- Jato, corroboraram para o colapso do padrão bipolar observado até então. A condenação dos partidos e políticos tradicionais por parte da sociedade, fez com que um candidato populista de extrema direita, sustentado por uma fraca organização partidária, o PSL, emergisse como importante competidor na disputa presidencial (RIBEIRO E BORGES, 2019).

Dentro desse contexto, o PT anuncia candidatura de Lula à presidência, que é barrada pelo TSE com base na lei da ficha limpa, o que obriga o partido a lançar Fernando Haddad como alternativa. Nesse cenário o PSB opta por não apoiar formalmente a campanha petista, porém em troca da neutralidade em nível nacional, negociou a candidatura em alguns estados, como descrito na abertura da dissertação. Mesmo sem apoio formal, o partido reitera em sua resolução a preferência de realização de coligações com partidos de esquerda e centro-esquerda, caso esse, que o PT está inserido.

No que se refere ao lançamento de candidaturas nos estados, o cenário em 2018 se modifica, o PT assume a primeira colocação em relação ao lançamento de candidaturas para governador, atingindo 17 estados, o maior número dentre as eleições aqui estudadas. Em segundo lugar, o PMDB, com três candidaturas a menos das realizadas em 2014. Em terceiro o PSDB com 12 candidaturas, e em quarto o PSB com nove.

---

<sup>26</sup>Estadão de Minas “PSB irá apoiar candidato tucano ao governo de Minas”. Acessado em 2019.

UOL ““Não temos pacto” com o PSDB em Minas, diz Eduardo Campos”. Acessado em 2019

<sup>27</sup> Diário donordeste “presidente do DEM fala em alianças com PSB e PSDB”. Acessado em 2019

Quadro 10: Lançamento de candidaturas nas eleições 2018

Eleições 2018	
Partidos	Estados em que lançaram candidaturas para governador
PT	Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins
PSDB	Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe
PSB	Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Minas Gerais
DEM	Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Sergipe
PMDB	Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Em relação ao quadro coligacionista, a tabela abaixo resume os acordos realizados, observando apenas as legendas aqui estudadas:

Quadro 11: Coligações para eleição majoritária estadual na eleição de 2018

Cabeça de Chapa	Quantidade de coligações realizadas				
	PT	PSDB	PMDB	PSB	DEM
PT		0	1	4	0
PSDB	0		1	3	6
PMDB	1	1		1	0
PSB	3	1	2		2
DEM	0	5	1	1	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Com o novo cenário delineado o PT viu-se isolado na corrida presidencial, com poucos partidos participando da coligação do candidato petista. O isolamento federal reverberou na competição estadual, diminuindo consideravelmente suas opções de alianças subnacionais. Das 16 candidaturas lançadas pela sigla em apenas 4 pode contar com o apoio do PSB, e em somente uma com o MDB, antigo PMDB. As alianças nos estados giraram em torno do PC do B, aliado da sigla em nível nacional, tendo composto a coligação do presidente Fernando Haddad e angariado o cargo de vice, com Manuela d'Ávila. Sendo que em cinco estados o partido optou pela candidatura isolada.

A perda de apoio do MDB em nível nacional resultou em um maior número de lançamento de candidaturas a governadores por parte da sigla petista, bem como, na falta de coordenação nos estados, tendo o PT e o MDB lançado candidaturas concorrentes em 10 estados. Já o PSB, mesmo tendo optado por um comportamento neutro em nível nacional, enfrentou os candidatos petistas em apenas dois estados, dos 9 em que lançou candidato próprio.

O PSDB pela primeira vez em sua história apresentou um candidato pouco competitivo na corrida presidencial, mesmo diante desse cenário, o DEM continuou com sua tradição de apoio ao candidato peessedebista em nível nacional, indicando apoio ao então governador de São Paulo Geraldo Alckmin. A neutralidade do PSB na corrida presidencial também corroborou para que tivesse apoio do pessebistas em três estados, número maior até do que de alianças realizadas com MDB/ PMDB, que ocorreu apenas no estado de Roraima.

A neutralidade do PSB em 2018, fez com que o partido flexibilizasse seus acordos eleitorais, optando por uma estratégia menos verticalizada. A única ressalva por parte do diretório nacional era a não realização de acordos com o PSL, do então candidato Jair Bolsonaro. De forma que as alianças foram firmadas com todos os partidos aqui analisados, sendo que em 2 estados o DEM participou da coligação, número próximo dos acordos realizados com o PT, tendo em vista que em apenas 3 estados o PSB obteve apoio petista.

Já o PMDB optou pelo lançamento de candidatura própria à presidência, indicando o economista Henrique Meirelles para a disputa do cargo. Sendo assim, suas alianças ficaram restritas, tendo em vista que não era mais uma sigla disponível ao PT e PSDB para arregimentar acordos em nível estadual. O quadro delineado então foi apenas uma coligação com o PT, em alagoas, uma com PSB no Rio Grande do Sul e uma com o PSDB em Santa Catarina. Cabe ressaltar, que uma ampla parcela emedebista, optou pelo apoio ao candidato do PSL, Jair Bolsonaro, principalmente os postulantes aos cargos proporcionais<sup>28</sup>.

O DEM optou por apoiar a candidatura peessedebista à presidência. De acordo com os dados, em nenhum estado houve disputa entre candidatos do PSDB e do DEM. Nesse sentido os partidos coordenaram suas estratégias eleitorais. Em cinco das sete candidaturas lançadas pela sigla, o PSDB fez parte da coligação. Sendo que das siglas aqui estudadas, apenas PSB realizou alianças com o DEM, fazendo parte de sua coligação para governador no Pará.

---

<sup>28</sup> UOL “candidaturas do PSDB e do MDB tem debandada de aliados para palanque de Bolsonaro”. Acessado em 2019

Os dados demonstraram que as eleições de 2018 apresentaram alto índice de incongruência entre as decisões nacionais e as estratégias tomadas nos estados. De acordo com Ribeiro e Borges (2019) o alto número de candidatos competitivos na disputa presidencial corrobora para o descolamento entre as estratégias nacionais e estaduais. De acordo com os autores a incerteza em relação a arena nacional cria incentivos a provincialização para os partidos políticos. Como demonstra o gráfico abaixo em que o número de candidatos presidenciais aumenta a dissimilaridade entre os níveis também amplia.

De acordo com os dados coletados até então, PT e PSDB aparentam ter como estratégia a *presidencialização*, amarrando a sorte eleitoral à disputa presidencial, portanto, tem em suas resoluções maiores coibições ao nível estadual nas eleições. O que não os impediu de estarem entre os partidos que mais lançaram candidaturas conjuntamente com PMDB. Já os demais partidos têm como estratégia a delegação de maior autonomia a seus órgãos estaduais, em menor grau o PSB, tendo em vista o lançamento de candidatura em 2014, que o fez verticalizar suas alianças eleitorais.

### **3.3 INTERVENÇÕES NAS CÚPULAS ESTADUAIS**

Mesmo as resoluções reiterando a possibilidade de a CEN intervir nas decisões das Convenções Estaduais, é necessário descobrir se de fato elas são utilizadas no dia a dia do partido, dessa maneira, é possível ter uma ideia mais real em relação ao uso ou não por parte das elites nacionais dos mecanismos de intervenção. Segundo Borges (2015), partidos que possuem uma estratégia de *presidencialização* tendem a ter os níveis estaduais com menor autonomia, realizando maiores intervenções do que partidos que optam por uma estratégia de *provincialização*. Em sentido análogo, Guarnieri (2009) aponta que para medirmos o grau de centralização e descentralização de um partido, podemos usar como *proxy* o número de Comissões Provisórias presente em um partido.

Dessa forma, nessa seção nos propomos a observar as intervenções realizadas nos órgãos de direção estadual. Em primeiro momento analisaremos brevemente o tipo de organização partidária presente nos estados, se elas são formadas por Diretórios ou Comissões Provisórias. Posteriormente nos propomos a analisar as intervenções realizadas nesses órgãos para compreendermos melhor de que forma os partidos buscam coordenar suas estratégias.

De acordo com Guarnieri (2009) os partidos podem ser divididos em *poliárquicos*, quando se caracterizariam por uma menor estabilidade e coesão das lideranças, e necessitam de constantes negociações para garantir o processo de decisão interna. Em *oligárquicos*, quando a direção está dividida nas mãos de poucos grupos, e, portanto a coesão e estabilidade da coalizão dependem do entendimento desses pequenos grupos. E por fim, em *monocráticos*, quando apenas um grupo controla o partido.

No caso brasileiro segundo Guarnieri (2009) o PT e o PMDB seriam partidos *poliárquicos*, ao se organizarem majoritariamente em diretórios. Já o PSDB e o DEM seriam de organização mista com algum grau de Comissões Provisórias em sua organização.

Quadro 12: Classificação dos partidos conforme seu grau de desenvolvimento organizacional

Organizados/ <i>Poliárquicos</i>	De Organização Mista/ <i>Oligárquicos</i>	Pouco Organizados/ <i>Monocráticos</i>
PT, PMDB	PSDB, PDT, DEM	PTB, PP

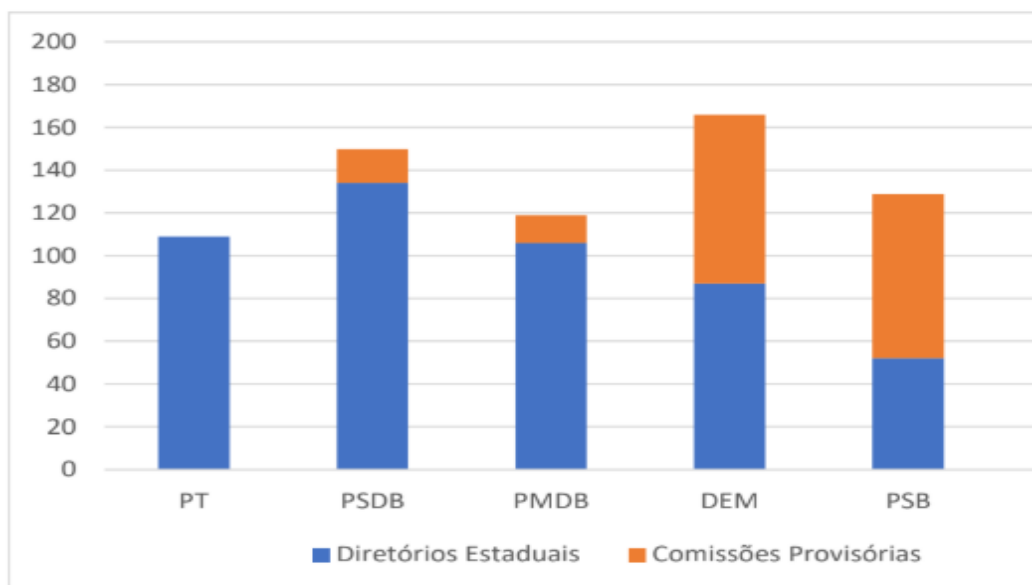
Fonte: Guarnieri (2009) p. 53

Para Guarnieri, há uma correlação entre a centralização do poder e o lançamento de candidaturas e a coordenação eleitoral. Quanto mais descentralizado um partido, maior a chance de lançar um candidato, mesmo sem chances de vitórias. Ou seja, quando mais descentralizado maior a dificuldade de coordenação por parte das lideranças nacionais.

Afim de medir a centralização e descentralização dos partidos aqui estudados coletamos dados relacionados à organização partidária nos estados brasileiros. Foram observados a forma de organização de PT, PSDB, PMDB, DEM e PSB, observando se eles estruturam-se majoritariamente em diretórios ou em Comissões Provisórias, observando os órgãos eleitos imediatamente anteriores as eleições.

Os órgãos petistas se estruturam exclusivamente por meio de diretórios. Já PSDB e PMDB são estruturados majoritariamente por diretórios. Diferentemente, o DEM apresenta uma organização mista, em que cerca da metade dos seus órgãos estaduais são estruturados por Comissões Provisórias. Já o PSB tem o maior número de Comissões Provisórias e aproxima-se de partidos monocráticos.

Gráfico 1: Diretórios estaduais e Comissões Provisórias de 2009 a 2019



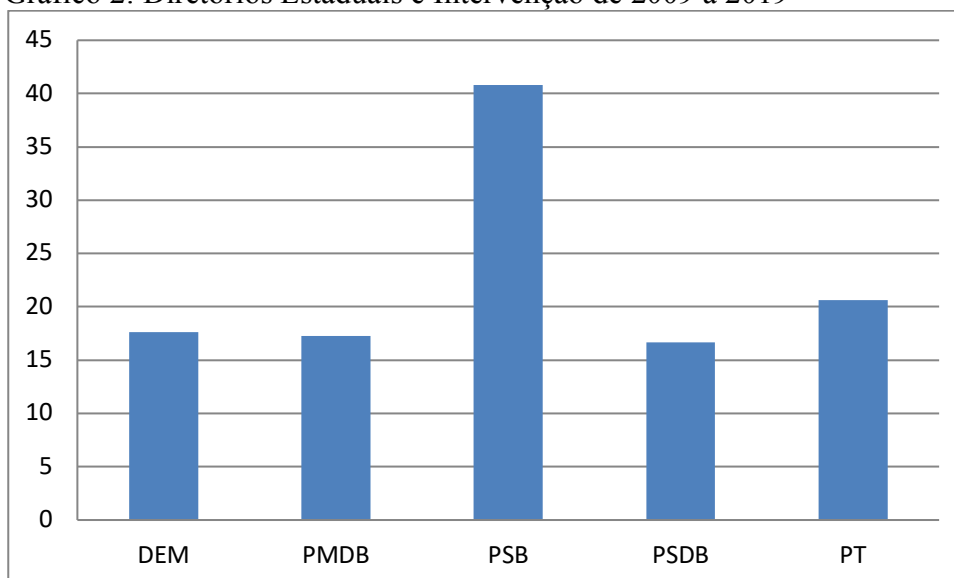
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

De acordo com os dados PT, PSDB e PMDB teriam os órgãos estaduais mais autônomos, o que resultaria em maior facilidade de suas elites em lançarem candidaturas e uma maior dificuldade em realizar a coordenação pré-eleitoral. Conforme os dados demonstraram, eles foram os partidos que mais lançaram candidatos nas três eleições aqui analisadas. Já DEM, PSB seriam partidos que demonstrariam maior facilidade de coordenação ao terem uma estrutura mais centralizada.

Porém ao analisarmos as intervenções o quadro se modifica. De acordo com os dados o PSB é o partido que mais apresenta intervenções em seus diretórios estaduais, mesmo com menor número de diretórios cerca de 50% de seus diretórios estaduais sofreram intervenção da cúpula nacional do partido. Em segundo lugar está o PT com 24 % de seus diretórios nos estados com intervenção. Os demais partidos se aproximam em relação à quantidade de intervenções sofridas em seus diretórios estaduais, com 20% de suas cúpulas estaduais sofrendo interferência por parte da Executiva nacional, conforme demonstra o gráfico abaixo. Sendo assim, mesmo que o PT tenha diretórios como forma de organização nos níveis estaduais, não impede que a cúpula nacional intervenha nos órgãos estaduais, tendo maior controle sobre as decisões subnacionais.



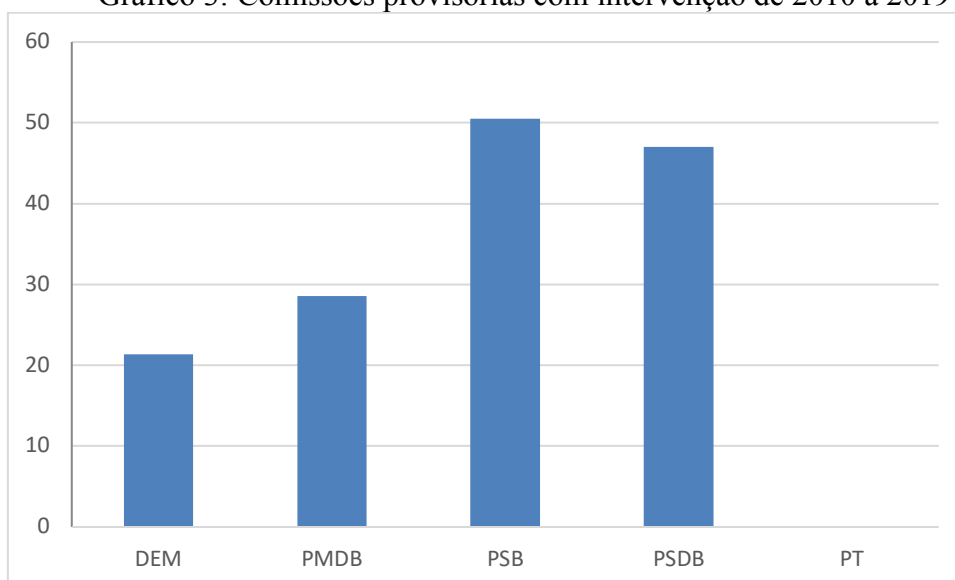
Gráfico 2: Diretórios Estaduais e Intervenção de 2009 a 2019



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Quando adentramos a análise das intervenções nas Comissões Provisórias, o PSB continua na primeira colocação, metade das CP's estaduais sofreram intervenção por parte do DN. Em segundo lugar está o PSDB, com 47 % das suas Comissões provisórias estaduais com interferência da cúpula nacional. Em seguida o PMDB com 28% e por fim o DEM com 21% de intervenção nos diretórios subnacionais. Já o PT como dito anteriormente, não apresenta Comissões Provisórias nos estados.

Gráfico 3: Comissões provisórias com intervenção de 2010 a 2019

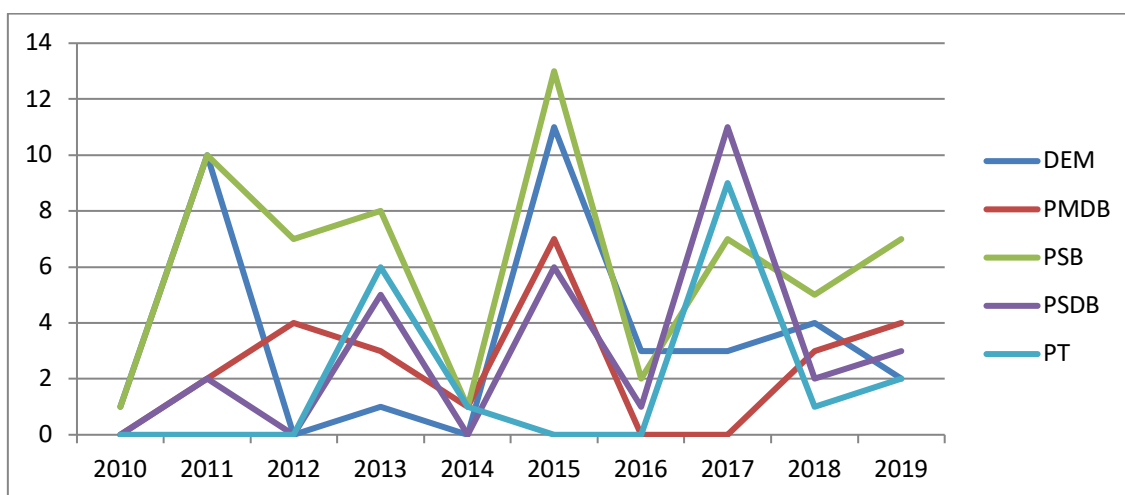


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

O intuito agora é verificar o teor das intervenções dentro das legendas políticas aqui analisadas. De acordo com a bibliografia, as intervenções podem ser realizadas anteriormente as eleições, e assim, serem um instrumento de coordenação por parte das elites nacionais. Ou, elas podem ser usadas posteriormente as eleições, como forma de punição por parte da elite política nacional do partido pelo mal desempenho nas urnas.

Dessa forma, coletamos os dados referentes as intervenções nas cúpulas estaduais partidárias, observando os anos em que mais ocorreram. O gráfico abaixo resume os resultados encontrados.

Gráfico 4: Distribuição de intervenções ao longo dos anos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

No PT conforme demonstra o gráfico, as intervenções ocorreram em maior número em anos pré-eleitorais. No Amazonas a intervenção se deu após o registro de candidatura de Francisco Praciano ao senado, ao contrariar as diretrizes fixadas pelo Diretório Nacional. Em contrapartida o PT entrou com processo no intuito de barrar a candidatura própria ao senado, com a justificativa de que a candidatura havia violado as diretrizes nacionais fixadas pelo Diretório Nacional, conforme apontado em sua resolução eleitoral<sup>29</sup>, discutida na subseção anterior, e interveio na cúpula estadual do PT-AM. Porém, no TRE- AM o entendimento foi de que a cúpula partidária estadual havia cumprido todas as etapas do processo de escolha de candidatos fixadas pelo estatuto e as exigências da legislação eleitoral. Dessa forma a

<sup>29</sup> Conforme descrito anteriormente, a Resolução petista proíbe o lançamento de candidatura ao senado por parte da executiva estadual da Amazônia

candidatura pelo senado de Francisco Praciano teve continuidade, o que não impediu a cúpula partidária nacional intervir no estado<sup>30</sup>.

No Espírito Santo a cúpula nacional interviu tendo em vista o não cumprimento de uma resolução lançada pela cúpula estadual em que o partido no Espírito Santo deveria desembarcar do governo Paulo Hartung (MDB), inclusive os membros com cargos comissionados. Após o não cumprimento por parte da Executiva, a cúpula estadual sofreu intervenção por parte da Executiva<sup>31</sup>.

Vale ressaltar que o mecanismo presente em suas resoluções eleitorais, ao obrigarem as decisões eleitorais nas unidades subnacionais passarem pelo crivo da cúpula nacional, tem como intuito antecipar o conflito político, a fim de evitar intervenção nos órgãos estaduais. De forma que a cúpula nacional utiliza o mecanismo de intervenção nos órgãos apenas quando a coordenação falha, como no caso capixaba. Caso contrário a cúpula nacional intervém apenas nas decisões da cúpula estadual.

O PSDB apresenta a mesma lógica petista, com intervenções sendo realizadas majoritariamente em anos pré-eleitorais, e também com altos índices de intervenções após as eleições nacionais. Em 2011, logo após a eleição nacional de 2010, o partido teve cerca de 20% dos seus órgãos estaduais com intervenção pela cúpula nacional. A justificativa dada pelo partido era o mau desempenho do partido na disputa presidencial, principalmente no Nordeste, em que a presidente Dilma do PT, ganhou do candidato peessedebista em todos os estados. Logo o intuito era intervir nos estados para que obtivessem maior controle nas disputas municipais que iriam ocorrer em 2012, lançando o maior número possível de candidatos nas capitais no intuito de arregimentar forças para a eleição nacional de 2014<sup>32</sup>.

Em 2013, segundo o presidente nacional do partido à época, o senador Aécio Neves o PSDB interviria nos estados brasileiros tendo em vista a disputa ao cargo de presidente, sendo essa a prioridade da sigla. Porém alianças tradicionais nos estados seriam mantidas, mesmo que as mesmas fugissem das firmadas pela cúpula nacional. Nas palavras do presidente nacional do partido:

“Cito meu estado, Minas Gerais, como um exemplo. O PSB participa a 10 anos de uma aliança conosco. Não posso, agora, pedir para que eles deixem de integrar um projeto que eles também construíram. Acontecerá o seguinte: os partidos defenderão a mesma candidatura no plano estadual e, no nacional, cada um lutará pelo seu nome próprio”.

---

<sup>30</sup> Amazonasatual “TRE rejeita petição do PT nacional e registra candidatura de Praciano”. Acessado em 2019

<sup>31</sup> gazetaonline “PT nacional avalia cobrar desembarque de membros do partido no E.S.”. Acessado em 2019

<sup>32</sup> Último segundo “PSDB planeja intervenção branca em diretórios estaduais”. Acessado em 2019

Em 2015 após novamente o partido perder a cadeira presidencial para a candidata à presidência petista, os diretórios estaduais sofrem novas intervenções. Cerca de 60% de seus diretórios estaduais foram destituídos. Em reunião da Executiva nacional fora decidido que os “os diretórios municipais que não obtiveram pelo menos 6% dos votos válidos do respectivo Estado, porcentual equivalente à metade da média de desempenho nacional do partido, teriam suas direções obrigatoriamente renovadas. Sendo que no caso dos diretórios estaduais, a renovação ocorrerá nas unidades federativas em que o PSDB obteve representação em menos de 10% das cidades”<sup>33</sup>. O intuito novamente era punir os diretórios que não angariam votos para o candidato Aécio na corrida presidencial, bem como, punir os órgãos municipais que não se empenharam na disputa nacional.

No PMDB as intervenções ocorreram em maior número no ano de 2012, em que houve as eleições municipais, em 2015, após as eleições nacionais de 2014 e em 2019, também ano pós-eleitoral. As intervenções no ano de 2012 tinham como intuito maior controle sobre o pleito municipal. De acordo com Michel Temer, presidente da sigla a época, o intuito era lançar o maior número de candidatos nos municípios, já que em suas palavras “O PMDB é um partido municipalista”. Essa vocação municipalista pode ser comprovada ao observarmos o grande número de diretórios municipais que sofrem intervenção por parte da cúpula emedebista.

Em relação às intervenções realizadas pela sigla nos diretórios estaduais, apenas no Tocantins fora realizada tendo em vista a eleição nacional que iria ocorrer em 2014. A elite política nacional interviu de maneira a controlar as lideranças regionais, que se encontravam cindidas em relação à tática que adotariam no estado. Nessa ocasião, uma parte do diretório local defendia a continuidade de apoio ao governador Siqueira Campos, do PSDB. Porém uma ala emedebista também defendia o lançamento de candidatura própria. Dessa forma, a atuação da cúpula foi no sentido de manutenção da unidade do partido em Tocantins, e não de coordenar a disputa eleitoral.

No PSB o ano que apresentou maior número de intervenção foi em 2015, logo após a perda da corrida presidencial por parte da legenda. Após o pleito de 2010, a legenda também apresentou elevado índice de intervenção, o que demonstra que o partido tem utilizado o mecanismo de intervenção mais para punir o mau desempenho eleitoral, do que para arregimentar apoio das elites estaduais à estratégia nacional.

---

<sup>33</sup>Globo “Aécio Neves decide intervir em diretórios do PSDB”. Acessado em 2019

No caso de intervenção por questões eleitorais, apenas em Minas Gerais ela foi necessária. A insistência por parte de Márcio Lacerda ex- prefeito de Belo Horizonte em lançar seu nome a candidato a governador pela sigla, desagradou a executiva nacional. Com a insistência por parte de Lacerda a executiva nacional destituiu a Comissão Provisória em Minas Gerais e arregimentou seu apoio à reeleição de Fernando Pimental, nas eleições nacionais de 2018.

O DEM também apresenta altos índices de intervenção em suas cúpulas estaduais em anos pós- eleitorais. Conforme aponta o gráfico, as intervenções ocorreram majoritariamente em 2011 e 2015, anos posteriores as eleições nacionais. Sendo que em nenhuma delas foi executada tendo em vista a coordenação eleitoral por parte de sua elite política nacional, fato corroborado também pela pouca quantidade de candidatos lançados para governador, e por sua propensão a concentrar-se nas disputas aos cargos proporcionais.

### **Conclusão**

De acordo com a bibliografia os partidos políticos brasileiros atuam em ambientes com incentivos contraditórios. A disputa presidencial os induz a centralizarem o processo decisivo no interior das agremiações, tendo em vista a necessidade de angariar apoio em nível nacional. Porém o desenho institucional brasileiro, que replica a organização federalista, os incentivam a descentralizarem as decisões tendo em vista as especificidades regionais do eleitorado brasileiro. Soma-se a esse cenário, o “aninhamento” entre as eleições nacionais e estaduais, tornando o quadro ainda mais complexo.

Dentro desse debate, uma ampla bibliografia tem apontado que as respostas das legendas no ambiente que atuam podem ser múltiplas, de acordo com a autonomia ou centralização que os órgãos nacionais concedem às seções subnacionais partidárias. Conforme a pesquisa buscou demonstrar, os estatutos partidários reservaram mecanismos para obterem controle das instancias estaduais, como no caso da possibilidade de intervenção dos órgãos superiores nos inferiores (sistema *top- down*). Ainda dentro desse debate, a origem partidária demonstrou ser importante variável no que concerne a delegação de autonomia aos órgãos estaduais.

De acordo com Borges (2015) os partidos respondem a esses incentivos de maneira heterogênea. Eles podem verticalizar a estratégia partidária, submetendo os estados à tática eleitoral nacional, ou conceder autonomia às seções subnacionais, com o intuito de adaptar a estratégia partidária às especificidades estaduais. Conforme a dissertação buscou observar, as resoluções partidárias das siglas analisadas são bastante semelhantes, porém alguns

mecanismos presentes nas normas petistas, peessedebistas e pessebistas fazem com que elas obtenham maior poder frente às cúpulas estaduais. A necessidade de aprovação das decisões estaduais por parte da cúpula nacional, é uma delas, com esse mecanismo a cúpula nacional pode intervir nas decisões estaduais, sem necessariamente intervir na composição dos diretórios estaduais.

O mapeamento das decisões tomadas antes do lançamento de candidaturas corrobora com a hipótese aqui apresentada. A cúpula nacional petista, a fim de obter apoio à candidatura presidencial, optou por intervir nas decisões estaduais que prejudicassem o partido na disputa nacional, como demonstraram os dados relacionados à estratégia de retirada e lançamento de candidatura, bem como a participação nas coligações estaduais, submetidas à vontade da cúpula nacional. Do mesmo modo, o partido no momento em que houve falha de coordenação utilizou do mecanismo de intervenção, disposto em seu estatuto, a fim de punir a relutância da cúpula estadual na manutenção das diretrizes nacionais.

Da mesma forma o PSDB ratificou a hipótese de que partidos que lançam candidatos competitivos presidenciais optam por uma estratégia de centralização, e, por conseguinte, concedem menor autonomia aos seus órgãos subnacionais. Os dados apontaram a coordenação eleitoral pré-existente, com a manutenção e retirada de candidatura, realizadas principalmente com vistas a angariar apoio em nível nacional, bem como, retirar palanque dos candidatos concorrentes. A análise das intervenções também aponta no mesmo sentido. Mesmo que as intervenções ocorram após os anos eleitorais, elas foram realizadas majoritariamente por conta da falta de capacidade das lideranças estaduais em alavancar a candidatura presidencial do partido. Quando olhamos também as intervenções realizadas nos municípios elas também são realizadas tendo em vista o pleito nacional<sup>34</sup>, observando as capitais como importantes palanques para a sigla nas eleições nacionais posteriores.

O caso do PSB expõe de maneira mais clara as diferentes estratégias presentes para os partidos políticos nos momentos eleitorais. Em primeiro momento a sigla opta por apoiar a candidatura presidencial petista, o que cerceia a autonomia de suas unidades subnacionais no que se refere a lançamento de candidatura e realização de coligações. Os dados demonstraram que dessa forma a sigla optou por uma estratégia verticalizada, e aos estados coube reproduzir as diretrizes fixadas pela cúpula nacional, o que demonstra os poucos estados em que PT e PSB lançaram candidaturas concorrentes. Em 2014 a sigla lança seu próprio candidato à presidência,

---

<sup>34</sup> senado.leg “Presidida pelo senador Aécio Neves (MG), a direção executiva nacional do PSDB decidiu intervir nos diretórios municipais que, para a cúpula tucana, não se empenharam o suficiente na campanha presidencial do partido em 2014”. Acessado em 2019.

logo, as diretrizes nacionais buscam ter maior controle da organização estadual do partido. Com a mudança do cenário em 2018, a sigla demonstrou uma estratégia de *provincialização*, concedendo maior autonomia a seus órgãos estaduais, demonstrado também pela flexibilização do seu arco ideológico e também pelos documentos partidários, que apenas proibia coligações com o candidato Bolsonaro do PSL.

Já o PMDB/ MDB demonstra que mesmo apoiando um candidato presidencial a sigla pode optar por não integrar verticalmente sua estratégia partidária. No caso emedebista a sigla em diversos estados lançou candidaturas concorrentes com candidatos petistas. O que por muitas vezes culminou em críticas dentro do próprio PT dirigidas por senadores petistas e endossada pelo presidente da sigla<sup>35</sup>. O mapeamento das decisões, bem como, a análise das intervenções realizadas, demonstrou maior dificuldade da sigla em relação a realizar intervenções em seus órgãos estaduais, bem como, a prioridade nas disputas municipais.

O DEM demonstrou ser uma grande fonte de apoio peessedebista. Em todas as eleições aqui analisadas o partido apoiou o candidato tucano à presidência. Em 2010 o partido optou pela verticalização de sua estratégia eleitoral, sendo que não disputou nos estados com nenhum candidato peessedebista, quando observamos o pleito para governador. Em 2014, o partido flexibilizou suas alianças, adicionando o PSB como possível parceiro eleitoral, mesmo que o mesmo não estivesse na chapa do então candidato José Serra, apoiado pelo partido em nível nacional. Em 2018 a sigla flexibiliza ainda mais seu arco de aliança, porém o partido mantém o apoio a Alckmin, candidato do PSDB, à disputa do Palácio do Planalto. Os dados demonstraram que o partido foi concedendo maior autonomia às suas seções subnacionais, o que sugere o abandono de uma estratégia de *presidencialização*, para a adoção de um comportamento de *provincialização pura*, tendo em vista os poucos estados em que disputa.

---

<sup>35</sup> UOL “em reunião com lula senadores do PT reclamam de falta de apoio do PMDB”. Acessado em 2019

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação teve como intuito analisar a dinâmica da organização partidária dos principais partidos políticos brasileiro. Procuramos por meio do exame dos documentos partidários, bem como das notícias veiculadas nos jornais, referentes às decisões internas pré-eleitorais e pós-eleitorais mostrar um quadro mais real da tomada de decisão dentro dos partidos políticos, de forma a demonstrar de que maneira as estratégias organizacionais se correlacionam com as estratégias partidárias na arena eleitoral. Consoante com o desenho administrativo brasileiro, uma parte da literatura na ciência política afirmava que as legendas brasileiras seriam *presidencializadas* (AMES 2003; LAMOUNIER 1991; LINZ, 1987; SAMUELS, SHUGART, 2010). De acordo com essa bibliografia o sistema presidencialista aqui adotado, conjuntamente com a adoção do sistema de lista aberta com votos proporcionais para o legislativo, causaria um descolamento entre as eleições, o que resultaria em conflitos intrapartidários, tendo em vista os interesses contraditórios presentes dentro das agremiações.

O exame dos estatutos e das decisões tomadas nos anos pré-eleitorais pelas lideranças partidárias demonstrou que diferentemente do que se supunha, os partidos brasileiros podem adotar diferentes tipos de estratégias frente o desenho institucional. As legendas podem optar tanto pela *presidencialização*, quanto por estratégias que enfatizem a arena subnacional, por meio da *provincialização*. Dentro desse debate, nossa hipótese se mostrou verdadeira ao apontar que na presença de candidatos competitivos a presidência os partidos políticos optam por subordinar a arena estadual, às estratégias traçadas no plano nacional. Dessa forma, PT, PSDB, PSB e DEM, nas eleições transcorridas em 2010 e 2014, integraram verticalmente suas estratégias, de acordo com a clivagem nacional. Já o PMDB demonstrou que a conquista de vários governos estaduais, também é uma estratégia disponível para a sobrevivência do partido.

As eleições de 2018 foram as mais distintas dentre as aqui analisadas, com baixo nível de congruência entre a arena estadual e nacional. Os dados comprovaram que ante um cenário incerto e com alta fragmentação presidencial, as legendas optaram por adotar uma estratégia pouco integrada verticalmente. Os resultados vão ao encontro dos achados de Ribeiro e Borges (2019 p.02) que apontaram que “The incentives for coordination across multi-level electoral arenas decrease as the number of competitive presidential candidates increases”.

De forma geral os dados apontaram que as eleições coincidentes para presidente, governador e deputado federal, ampliam os incentivos a coordenação, configurando certo padrão de estrutura e inteligibilidade a um sistema altamente fragmentado como o brasileiro. Porém, a disputa presidencial não se mostrou suficiente para a estabilização da competição no



nível nacional. A sobrevivência dos partidos não depende de uma vinculação a um candidato presidencial: é possível sobreviver no sistema partidário brasileiro direcionando esforços apenas à arena estadual, como demonstrou a estratégia emedebista.

Passando ao exame da capacidade dos partidos em centralizarem as decisões estratégicas nas mãos das lideranças nacionais, observamos que as cúpulas partidárias nacionais possuem mecanismos para intervir nas decisões dos níveis estaduais. Porém elas ocorrem de maneira mais acentuada em anos pós-eleitorais, como forma de punição ao mau desempenho das legendas nas disputas estaduais. Sendo assim, nossos dados apontam que diferentemente do que uma ampla bibliografia diagnosticava, os partidos brasileiros não são debilmente organizados, as seções locais e estaduais não gozam de ampla liberdade na definição de sua linha política, nem em relação às estratégias eleitorais. Os partidos políticos brasileiros possuem mecanismos tanto de sujeição das unidades estaduais para arregimentar sua tática política nacional, quanto para puni-las caso não cumpram com as diretrizes fixadas pela cúpula nacional.

De maneira geral, a dissertação demonstrou como a organização partidária está correlacionada com a arena eleitoral. Dentro do debate aqui proposto, ainda se faz necessário compreender de maneira mais precisa de que forma o contexto eleitoral influencia as estratégias partidárias. A vitória do candidato Bolsonaro no pleito de 2018 apontou para a necessidade de observarmos de que maneira as organizações partidárias respondem em um ambiente com um candidato populista sustentado por uma organização partidária fraca. Além do mais, as diferentes táticas eleitorais no que diz respeito à estratégia de sua campanha, centrada no candidato e por meio das mídias sócias (facebook e whatsapp) têm apontado novos desafios ambientais às legendas. Logo, ainda se faz necessário entender se a conjuntura vista em 2018 irá reverberar nas próximas eleições, de forma a engendrar uma maior incongruência entre o nível nacional e estadual do partido. Ou se o cenário desenhado em 2018 foi algo passageiro, e a coordenação eleitoral será novamente a chave para compreendermos as eleições nacionais brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 5, 1988.
- ABRUCIO, F. A coordenação Federativa no Brasil: A experiência do período FHC e os desafios do Governo Lula.” *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 24, p. 41-67, 2005.
- AMES, B. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.
- ARRETCHE, M. Continuidades e descontinuidades da Federação Brasileira: de como 1988 facilitou 1995. *Dados*, [s.l.], v. 52, n. 2, p.377-423, 2009.
- BARDI, L.; BARTOLINI, S.; TRECHSEL, A. Party adaptation and change and the crisis of democracy. *Party Politics*, [s.l.], v. 20, n. 2, p.151-159, 2014.
- BIZZARRO NETO, F. A. **PMDB : organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BOLLEYER, N. New party organization in Western Europe: Of party hierarchies, stratarchies and federations. *Party Politics*, [s.l.], v. 18, n. 3, p.315-336, 2011.
- BORGES, A. Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão. *Dados*, [s.l.], v. 58, n. 3, p.651-688, 2015.
- BORGES, A; ALBALA, A.; BURTNIK, L. Pathways to Nationalization in Multilevel Presidential Systems: Accounting for Party Strategies in Brazil and Argentina. *PUBLIUS-THE JOURNAL OF FEDERALISM*, v. 47, p. 648-672, 2017.
- BRAGA, M.S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas partidários institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 4, p. 47-73, 2010.
- CARTY, K. Parties as Franchise Systems. *Party Politics*, [s.l.], v. 10, n. 1, p.5-24, jan. 2004.
- CHANDLER, W.; CHANDLER, M. Federalism and Political Parties. *European Journal of Political Economy*, p. 87-109, 1987.
- DESCHOUWER, K. Political Parties as Multi-Level Organizations. *In: KATZ, R. and CROTTY, W. (eds), Handbook of Party Politics*, London: Sage, p. 291- 300, 2006.
- DESPOSATO, S. The Impact of Federalism on National Party Cohesion in Brazil. *Legislative Studies Quarterly*, v. 29, n. 2, p. 259-285, 2006.

- DUVERGER, M. Os partidos políticos. 3 ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1970.
- ELDERSVELD, S. Political Parties in American Society. New York : Basic Books, 1982.
- FABRE, E.; SWEDEN, S. Territorial Politics and the Statewide Party, **Regional Studies**, [s.l.], v. 47, n. 3, p.342-355, 2013.
- FABRE, E. Party Organisation in a Multi-Level System: Party Organisational Change in Spain and the UK. **Regional & Federal Studies**, v. 18, n. 4, p. 309-329, 2008.
- FREIDENBERG, F.; LEVITSKY, S. Informal Institutions and Party Organization in Latin America. *In*: HELMKE, G. and LEVITSKY, S. **Informal Institutions & Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, p. 178-197, 2006.
- GUARNIERI, F. **Partidos, seleção de candidatos e comportamento político**. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- GUARNIERI, F. A força dos partidos fracos - Um Estudo sobre a Organização dos Partidos Brasileiros e seu Impacto na Coordenação Eleitoral. 2009. 183 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados**, [online], v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.
- GUNTER, R.; DIAMOND, L. Espécies de partidos políticos: uma nova tipologia. Tradução Cristiane Yagasaki; Bruno Bolognesi, publicada em Paraná Eleitoral, v. 4, n. 1, p. 7-51, 2002.
- HARMEL, R.; JANDA, K. An Integrated Theory of Party Goals and Party Change. **Journal of Theoretical Politics**. V. 6, n. 3, p. 259-287, 1994.
- KERBAUY, M.T. A morte dos coronéis: política interiorana e poder local. Araraquara: Laboratório Editorial. Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.
- KINZO, M. D'A. G. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979. 269 p. São Paulo: IDESP/Vértice, 1988.
- KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party Systems. *In*: LAPAROMBARA, J.; WEINER, M. (eds). **Political Parties and Political Development**. Princenton, PUP, 1996.
- LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], n. 88, p.21-37, 2010.
- LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 3, 1995.

LIMONGI, F. Institucionalização Política. *In*: MICELI, S. (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

LINZ, J. Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?. *In*: LAMOUNIER, B. (org.). **A opção parlamentarista**. São Paulo, IDESP/Ed. Sumaré, p.61-120, 1991.

MELO, C.R.F. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil.

Revista Brasileira de Ciência Política, nº4, p. 13-41, 2010.

MICHELS, R. Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna. Lisboa: Antígona, 2001.

NUNES, E. A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PALERMO, V. Brazilian Political Institutions: an Inconclusive Debate. Bras. Political Sci. Rev. [online], vol.10, n. 2, 2016.

PANEBIANCO, A. Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

PERES, P. O Espectro da Instabilidade – Sistema Partidário e Volatilidade Eleitoral no Brasil Democrático. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1999.

RIBEIRO, R. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. Revista Sociologia e Política [online], v. 22, n. 49, 2014.

RIBEIRO, P. F., Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2010.

RIBEIRO, P. F., Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. Revista Brasileira de Ciência Política, n.10, p. 225-265, 2013b. 84

RIBEIRO, P. F.; FABRE, E. Beyond Western Europe? Theories, models and multilevel party organisations in Brazil. Paper apresentado na 66th Annual International Conference of Political Studies Association, Brighton UK, 2016.

RIBEIRO, P.F.; BORGES, A. The populist challenge: Multi-level electoral coordination in Brazil's 2018 elections, *Regional & Federal Studies*, 2019 DOI: 10.1080/13597566.2019.1694005

RIBEIRO, P.; FABRE, E. Multilevel party organizations in a fragmented presidential system: The case of Brazil, *Regional & Federal Studies*, 2019 DOI: 10.1080/13597566.2019.1591375, 2019.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, L. Partidos Ideologia e Composição Social – Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. RBCS, v.17, n. 49, 2002.

SAMUELS, D.; SHUGART, M. Frontmatter. *In: Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior* (pp. I-Vi). Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós 1988. *Revista de Sociologia e Política*, p. 105-121, 2005.

STEPAN, A. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do Demos. **Dados** [online], v. 42, n. 2, p.00-00, 1999.

TAROUCO, G. 'Fatores do desenvolvimento do Partido da Frente Liberal'. *In: PINTO, J. R.; SANTOS, A. M. dos (orgs.). Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

Documentos partidários consultados:

Estatuto do PFL/DEM (1999). Aprovado pela Convenção Nacional de maio de 1999.

Estatuto do PFL/DEM (2003). Aprovado pela Convenção Nacional de maio de 2003

Estatuto do PFL/DEM (2007). Aprovado pela II Convenção Extraordinária de Refundação, em março de 2007.

Estatuto do PSDB: (1999). Aprovado pela Convenção Nacional Extraordinária de maio de 1999.

Estatuto do PSDB (2003). Aprovado pela VII Convenção Nacional, em novembro de 2003.

Estatuto do PSDB (2007). Aprovado pela X Convenção Nacional, em maio de 2011.

Estatuto do PSDB (2011). Aprovado pela X Convenção Nacional em maio de 2011.

Estatuto do PT (2007). Aprovado pelo Diretório Nacional em março de 2001.

Estatuto do PT (2013). Aprovado pelo Diretório Nacional em dezembro de 2013.

Estatuto do PT (2015). Aprovada pelo Diretório Nacional em outubro de 2015.

Estatuto do PMDB (1996). Aprovado pela Convenção Nacional Extraordinária em março de 1996.

Estatuto do PMDB (2013). Aprovada pela Convenção Nacional Ordinária em março de 2013.